

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	19
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	21
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	31
4.5 - Processos sigilosos relevantes	33
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	34
4.7 - Outras contingências relevantes	35
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	36

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	37
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	39
5.3 - Descrição dos controles internos	41
5.4 - Programa de Integridade	43
5.5 - Alterações significativas	45
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	46

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	47
6.3 - Breve histórico	48
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	50
6.6 - Outras informações relevantes	51

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	52
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	55
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	56
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	57
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	60
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	61
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	62
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	63
7.8 - Políticas socioambientais	64
7.9 - Outras informações relevantes	65

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	66
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	67
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	68

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	69
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	70
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	71
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	72
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	73
9.2 - Outras informações relevantes	74
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	75
10.2 - Resultado operacional e financeiro	89
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	91
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	93
10.5 - Políticas contábeis críticas	96
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	98
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	99
10.8 - Plano de Negócios	100
10.9 - Outros fatores com influência relevante	102
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	103
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	104
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	105
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	109
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	111
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	113
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	114
12.7/8 - Composição dos comitês	119

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	120
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	121
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	135
12.12 - Outras informações relevantes	136

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	137
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	139
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	143
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	144
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	145
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	146
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	147
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	148
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	149
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	150
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	151
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	152
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	153
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	154
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	155
13.16 - Outras informações relevantes	156

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	157
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	159

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	160
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	161
14.5 - Outras informações relevantes	162
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	163
15.3 - Distribuição de capital	220
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	221
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	222
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	223
15.7 - Principais operações societárias	224
15.8 - Outras informações relevantes	225
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	226
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	228
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	237
16.4 - Outras informações relevantes	238
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	239
17.2 - Aumentos do capital social	240
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	241
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	242
17.5 - Outras informações relevantes	243
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	244
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	246

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	247
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	248
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	249
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	250
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	251
18.8 - Títulos emitidos no exterior	252
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	253
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	254
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	255
18.12 - Outras informações relevantes	256
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	257
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	258
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	259
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	260
20.2 - Outras informações relevantes	261
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	262
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	263
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	265
21.4 - Outras informações relevantes	266

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marcus Vinicius de Faria Penteadó

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Marcello Magistrini Spinelli

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1. Declaração do Diretor Presidente**DECLARAÇÃO**

Eu, **Marcello Magistrini Spinelli**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG n. 23012160-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 197.378.918-30, com endereço comercial na Rua Helena, n. 235, 5º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04552-050, na qualidade de Diretor Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., localizada na Rua Sapucaí n. 383, Parte, CEP 30.150-904, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais DECLARO, que:

- a) Revi o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



MARCELLO MAGISTRINI SPINELLI
Diretor Presidente

1.1. Declaração do Diretor de Relações com Investidores**DECLARAÇÃO**

Eu, **Marcus Vinicius de Faria Penteado**, brasileiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº RG 281947378-5, expedida pela IFPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.325.177-78, com endereço na Rua Helena, nº 235, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04552-050, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., localizada na Rua Sapucaí n. 383, Parte, CEP 30.150-904, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais DECLARO, que:

- a) Revi o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



MARCUS VINICIUS DE FARIA PENTEADO
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	30/05/2014
Descrição do serviço contratado	1) Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2017 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; 2) Relatórios de revisão das informações contábeis intermediárias em 31/03/2017, 30/06/2017 e 30/09/2017, elaboradas de acordo com o CPC 21 (RI) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB; 3) Relatórios de recomendações sobre os controles internos, compreendendo nossas constatações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os auditores independentes receberam honorários no valor total de R\$ 338 mil, pelos serviços de auditoria contratados conf. detalhado no item acima, não tendo sido prestados quaisquer outros serviços para a Companhia.
Justificativa da substituição	Não Aplicável, tendo em vista que não houve a substituição dos Auditores Independentes da Companhia.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
MARCO TÚLIO FERNANDES FERREIRA	30/05/2014	499.953.166-68	Rua Paraíba, 550, 12º andar, Funcionarios, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-140, Telefone (31) 21285700, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras Informações relevantes

As informações relevantes e pertinentes a esse tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	4.388.873.432,79	4.381.498.202,20	1.571.218.628,02
Ativo Total	5.310.576.953,31	5.076.804.912,50	4.861.928.771,12
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.124.532.170,82	1.667.362.316,91	1.653.189.231,14
Resultado Bruto	100.200.372,22	-41.591.668,01	-29.272.432,71
Resultado Líquido	7.375.271,14	-25.613.283,42	29.152.915,34
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	110.293.660	223.318.298.437.550	210.197.643.696.260
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	39,792618	0,000020	0,000007
Resultado Básico por Ação	0,066869	0,000000	0,000001

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

A Companhia reporta o LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (em inglês, *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) em seu relatório da administração.

Segue reconciliação:

Evolução (R\$ Milhões)	2017	2016	2015
Receita Bruta	2.439	1.966	1.919
(-) Deduções	(315)	(299)	(266)
Receita Líquida	2.125	1.667	1.653
(-) Custos Totais	(1.675)	(1.413)	(1.418)
(+/-) Outras Receitas/Despesas Oper.	(75)	(8)	34
EBITDA	375	246	269
Margem EBITDA	17,6%	14,8%	16,3%
(-) D&A	(349)	(296)	(264)
(-) Resultado Financeiro Líquido	(11)	16	26
(-) IR & CSLL	(7)	8	(2)
Resultado Líquido	7	(26)	29

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações Contábeis de encerramento do exercício social que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Política de destinação dos resultados

Resultado Líquido (R\$ Milhares)	2017 7.375	2016 (25.614)	2015 29.154
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Regras Estatutárias: Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto sobre a renda, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:</p> <p>(a) 5% para a formação da reserva legal, observados os limites previstos em lei; e</p> <p>(b) Após as destinações acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial do lucro remanescente para a reserva de expansão, que tem por objetivo assegurar os recursos necessários para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos pela Companhia, observado o limite do capital social.</p> <p>Prática adotada pela Companhia: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou lucro. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2016 e 2015, a Companhia apurou prejuízo e lucro, respectivamente. O lucro apurado nestes anos foi utilizado para amortizar os prejuízos acumulados de anos anteriores.</p>		
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Prática adotada pela Companhia: No Exercício encerrado em 31/12/2017 a Companhia apresentou lucro. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apurou prejuízo e lucro, respectivamente. Entretanto o lucro apurado nos exercícios findos em 2017 e 2015 foi utilizado na amortização dos prejuízos acumulados</p>		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Como a empresa apresenta prejuízos acumulados, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.		
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.		
e. Política de destinação de resultados	A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br/		

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram distribuídos dividendos.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurou lucro, que foi utilizado na amortização dos prejuízos acumulados de anos anteriores, portanto não há o que mencionar dividendos a distribuir.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia apresentou prejuízo e lucro, respectivamente. O lucro apurado no exercício de 2015, foi utilizado para a absorção de prejuízos, não havendo, portanto, distribuição de dividendos.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	921.703,00	Índice de Endividamento	0,21000899	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		736.218,00	185.485,00	0,00	0,00	921.703,00
Total			736.218,00	185.485,00	0,00	0,00	921.703,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras Informações relevantes

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da Resolução Nº 5.101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a conclusão de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.
- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

A Companhia está apresentando lucro, se recuperando dos prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário.

Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para Companhias em continuidade operacional.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT publicou a 3ª Edição do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o Plano de Contas Padronizado, Relatórios Auxiliares e informações complementares. A aplicação do referido Manual se dará compulsoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

Grupamento de ações

Em 29 de dezembro de 2016, em atendimento ao ofício enviado pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da B3 S.A., a FCA comunicou fato relevante ao mercado que sua administração submeteu à Assembleia Geral, que deliberou, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016, proposta acerca do grupamento das ações como

3.9 - Outras informações relevantes

procedimento para enquadrar a cotação das ações, nos termos do item 5.2.f do Regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários da B3 S.A., que versará sobre o procedimento proposto para o grupamento, fator de grupamento a ser utilizado, o tratamento que será dado às frações e a composição do capital social da FCA após o grupamento.

O fator de grupamento foi calculado de modo a garantir que o patamar de cotação das ações de emissão da FCA fique conforme sugerido pela B3 S.A. na Orientação sobre Procedimentos para Grupamento de Valores Mobiliários ("Orientação"). Será assegurado a eventuais detentores de frações de ações da FCA em decorrência do grupamento, no mínimo, uma nova ação, por meio do tratamento de frações a ser disposto na proposta da administração. O grupamento das ações da Companhia visa mitigar o risco de volatilidade excessiva da cotação das ações de emissão da Companhia em razão do seu baixo valor atual de negociação na B3 S.A., bem como adequar a cotação das ações da Companhia, conforme previsto no Regulamento e na Orientação, e nos termos do Ofício, a fim de que o valor de cada ação negociada seja superior a R\$1,00.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A VALE S.A. na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13 (REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados: a. ao emissor; b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle; c. a seus acionistas; d. a suas controladas e coligadas; e. a seus fornecedores; f. a seus clientes; g. aos setores da economia nos quais o emissor atue; h. à regulação dos setores em que o emissor atue; i. aos países estrangeiros onde o emissor atue; j. a questões socioambientais

As operações da Companhia podem ser afetadas por eventos imprevisíveis, de caso fortuito e força maior, característicos da atividade ferroviária

O transporte de cargas por trem apresenta riscos inerentes, tais como de colisões, descarrilamentos e perda de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou danificação de carga, interrupção de operações devido a fatores políticos, como manifestações de grupos ou associações civis, condições meteorológicas adversas e desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra, os quais podem resultar em perda de receitas e no aumento de custos para a Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que uma parcela relevante das receitas da Companhia decorre do transporte de produtos agrícolas, as operações da Companhia podem ser afetadas periodicamente por quebras de safra, especialmente da soja.

A ocorrência de um desastre natural de grandes proporções ou de qualquer desses eventos poderá causar redução na velocidade de transporte e perdas de produtos transportados, podendo assim desestimular a contratação do serviço de transporte prestado pela Companhia, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre os seus resultados operacionais.

As operações da Companhia dependem diretamente de investimentos em infraestrutura logística pelos setores públicos e privados

Pela natureza do projeto, a Companhia tem forte relação com outros investimentos em infraestrutura logística, como as rodovias nas regiões produtoras, armazéns para estocagem dos grãos e capacitação dos portos para escoamento da produção. A viabilidade de um projeto ferroviário está fortemente vinculada a estes empreendimentos que, juntos, servem de alavanca para o aumento da produção na região de atuação.

A falta de investimentos por parte do setor público e privado em qualquer um destes segmentos pode ter efeitos adversos sobre as operações da Companhia.

Gastos com combustível podem impactar significativamente os custos da Companhia

Todas as locomotivas da Companhia são movidas a diesel e os gastos com esse combustível são bastante significativos. Sendo assim, caso haja aumentos de preços que não possam ser repassados para as tarifas nos mercados de frete, as margens operacionais da Companhia poderão ser afetadas.

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações

Os principais clientes da Companhia atuam em mercados altamente sazonais, tal como o agronegócio e o plantio de soja. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia. Além disso, os produtos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade de preço tipicamente influenciado pelo ambiente econômico geral e pela capacidade de demanda do setor, o que pode influenciar adversamente os negócios da Companhia.

A discricionariedade do Poder Concedente pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia

A atividade de concessão da Companhia é objeto de contrato de concessão firmado com a interveniência do Poder Concedente, sendo que a Companhia está sujeita a um ambiente altamente regulado. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões da Companhia. Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente. As atitudes acima descritas, bem como a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público poderão afetar adversamente a capacidade da Companhia de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios, influenciando de forma negativa os seus resultados.

O reajuste de tarifas estipuladas pelos contratos de concessão pode impactar negativamente o resultado da Companhia

Os contratos de subconcessão celebrados pela Companhia especificam as tarifas que podem ser cobradas e prevêem um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, essas tarifas estão sujeitas à aprovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“Poder Concedente”), de modo que não se pode assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente. Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, a Companhia confia em um mecanismo menos objetivo, previsto no contratos de concessão, chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto a Companhia quanto o Poder Concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação. O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade dos respectivos poderes concedentes.

Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A extinção antecipada dos contratos de concessão poderá impactar adversamente os negócios da Companhia

O objeto social da Companhia consiste na prestação do serviço de transporte ferroviários, explorar os serviços de carga, descarga e armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ferroviárias objeto da concessão.

As concessões ferroviárias brasileiras estão sujeitas à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo a encampação pelo Governo Brasileiro, determinada por lei, ou a caducidade, pelo descumprimento dos termos do contrato de concessão. Adicionalmente, o contrato de concessão poderá ser extinto antecipadamente por (i) rescisão embasada em decisão condenatória irrecorrível proferida em processo judicial de iniciativa da concessionária, com fundamento em descumprimento de normas contratuais; (ii) anulação da licitação, decidida em processo administrativo ou judicial, e (iii) falência ou extinção da concessionária.

Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos serão revertidos ao respectivo Poder Concedente. Apesar de a concessionária ter direito ao recebimento de indenização no valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados, não se pode assegurar que esse valor será suficiente para compensar o valor de tais ativos ou lucros cessantes. Dessa forma, a extinção antecipada do contrato de concessão poderá impedir a realização integral do valor de determinados ativos e causar a perda de lucros cessantes sem uma indenização adequada.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital

A Companhia compromete-se com as melhores práticas de sustentabilidade e com a proteção ao meio ambiente, o que requer o investimento de recursos e esforços de sua administração. Além disso, as operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação relativa à proteção do meio ambiente, no âmbito federal, estadual e municipal. O cumprimento dessa legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades da Companhia. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a despender maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações podem implicar em custos adicionais significativos, ocasionando um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2 - Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A companhia está exposta a certas flutuações que podem afetar negativamente o valor de seus ativos e passivos, fluxos de caixa futuros e ganhos. A companhia não possui financiamentos contratados, razão pela qual não está exposta a riscos de aumento do total de sua dívida em decorrência, dentre outros, de variações nas taxas de juros. Da mesma forma, a totalidade de sua receita é composta em moeda nacional, razão pela qual a companhia não está exposta a riscos cambiais. Não obstante, variações nas taxas de câmbio podem influenciar os mercados atendidos pela companhia, podendo afetar seu desempenho operacional de maneira adversa.

Considerando a natureza dos negócios e operações da companhia, os principais riscos de mercado aos quais a companhia está exposta são: (i) risco de aumento do custo de combustível; (ii) risco de crédito e (iii) risco de demanda pelos produtos transportados.

Risco de crédito

As atividades da companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral, cujo principal risco de mercado é a concessão de crédito a clientes. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Neste caso é avaliada a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração a sua exposição financeira, solvência, histórico de pagamentos, inadimplências junto ao mercado e outros fatores.

Risco de aumento do custo de combustível

As ferrovias da companhia utilizam-se, de maneira relevante, de óleo diesel, combustível que ocupa posição proeminente na sua matriz de custos. Um eventual aumento no seu preço, que não possa ser repassado à tarifa, pode vir a comprometer a rentabilidade da companhia, afetando negativamente a lucratividade de seus negócios operacionais.

Risco de demanda pelos produtos transportados

Como prestadora de serviços de transporte e logística, a companhia tem a sua atividade diretamente relacionada com a quantidade produzida e demandada dos produtos que transporta.

A agricultura é um dos principais setores atendidos pela companhia e, por sua própria natureza, com modificações constantes na safra, procura e preço, apresenta uma demanda de transporte altamente variável, combinando épocas de pico, com grande quantidade de produtos necessitando transporte, com outros períodos de baixa, onde a procura por serviços de transporte é baixa. Além disso, a produção agrícola é extremamente sensível a questões ambientais, como secas e variações climáticas, e à demanda externa pelos produtos produzidos e exportados pelo Brasil.

Da mesma forma, o setor de siderurgia, por representar significativa parcela dos contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes, também impacta diretamente os resultados da companhia. Sendo essencialmente um fornecedor de matéria-prima para outros setores industriais, a indústria siderúrgica é fortemente influenciada pelo cenário econômico mundial. A economia aquecida e o crescimento do consumo e da demanda por bens das mais diferentes naturezas são fontes de crescimento para este mercado, tendo em vista que os produtos siderúrgicos são insumos de uma larga variedade de bens de consumo e de produção, enquanto que em uma situação inversa, tal qual de retração econômica, levaria a uma situação igualmente negativa. Devido ao fato de que os produtos siderúrgicos possuem baixa diferenciação e sua demanda ser muito suscetível a alterações de preço, variações cambiais e tributárias, devem ser um constante ponto de atenção no que se refere este setor.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Estas peculiaridades dos setores de agricultura e siderurgia implicam em riscos à Companhia, podendo acarretar em períodos de sub-utilização de seus ativos, intercalados com períodos em que a demanda é excessiva, podendo, neste caso, não ser integralmente atendida pela Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

(I) Trabalhistas**TRABALHISTAS**

Juízo	Justiça do Trabalho - Paulínia/SP
Instância	Arquivado – Decisão transitada em julgado
Data de instauração	2009
Partes no processo	Autora: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ZONA MOGIANA
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não se aplica – Obrigação de fazer
Principais fatos	Proibição de terceirizar atividades ferroviárias em algumas localidades
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Desmobilizar todos os contratos com efetivo desta localidade
Valor provisionado (se for o caso)	Não se aplica – Obrigação de fazer

Juízo	Justiça do Trabalho - Paulínia/SP
Instância	3ª Instância Judicial
Data de instauração	2011
Partes no processo	Autora: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ZONA MOGIANA
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$800.000,00
Principais fatos	Descumprimento de norma coletiva - Indenização aos empregados (aproximadamente 250) no valor de R\$ 3.000,00 para cada empregado
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Indenização aos empregados (aproximadamente 250) no valor de R\$ 3.000,00 para cada empregado
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Juízo	Justiça do Trabalho - Campinas/SP
Instância	2ª Instância Judicial
Data de instauração	2013
Partes no processo	Autora: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ZONA MOGIANA
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não se aplica – Obrigação de fazer
Principais fatos	Proibição de utilizar sistema de monocondução na operação ferroviária e instalar banheiro nas locomotivas
Chance de perda	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Implementar sistema de monocondução e instalar banheiro nas locomotivas em 360 dias
Valor provisionado (se for o caso)	Não aplicável - Obrigação de não fazer

Juízo	Justiça do Trabalho - Alagoins/BA
Instância	1ª Instância Judicial
Data de instauração	2014
Partes no processo	Autora: MPT
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não se aplica – Obrigação de fazer
Principais fatos	Proibição de utilizar sistema de monocondução, instalar banheiro nas locomotivas e cumprir obrigações trabalhistas
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Implementar sistema de monocondução e instalar banheiro nas locomotivas.
Valor provisionado (se for o caso)	Não se aplica – Obrigação de fazer

Juízo	Justiça do Trabalho - Alagoins/BA
Instância	Execução
Data de instauração	2002
Partes no processo	Autora: SINDIFERRO
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Cálculo FCA: R\$3.871.098,61 - Sindicato: R\$69.994.849,09 e Perito R\$ 14.908.964
Principais fatos	Pagar horas extras além da 6a. diária para um grupo de empregados, acaso não pagas.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Pagar horas extras além da 6a. Diária para um grupo de empregados, acaso não pagas
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Juízo	Justiça do Trabalho - Alagoins/BA
Instância	Execução
Data de instauração	2000
Partes no processo	Autora: SINDIFERRO
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não calculado ainda
Principais fatos	Contribuição assistencial sindical
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Pagamento de contribuição assistencial sindical, acaso ainda não paga
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Juízo	Justiça do Trabalho – Belo Horizonte MG
-------	---

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Instância	3ª Instância Judicial
Data de instauração	2013
Partes no processo	Autora: MPT
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
Principais fatos	Implementar controle de jornada de trabalho para analistas - Incompetência da Vara do Trabalho
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Fazer controle de jornada de trabalho
Valor provisionado (se for o caso)	Não se aplica – Obrigação de fazer

Juízo	Justiça do Trabalho – Divinópolis/MG
Instância	1ª Instância Judicial
Data de instauração	2013
Partes no processo	Autora: STEF-BH
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10.900.000,00
Principais fatos	Adicional de periculosidade e adicional de insalubridade
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Pagar valores retroativos de adicional de periculosidade e insalubridade
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Juízo	Justiça do Trabalho – Belo Horizonte MG
Instância	3ª Instância Judicial
Data de instauração	2012
Partes no processo	Autora: STEF-BH
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13.500.000,00
Principais fatos	Dano moral e horas extras(intrajornada)
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Pagamento de dano moral de 5K para todos os substituídos e horas extras
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Juízo	Justiça do Trabalho – Belo Horizonte MG
Instância	1ª Instância Judicial
Data de instauração	2013
Partes no processo	Autora: STEF-BH
	Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$14.500.000,00
Principais fatos	Repercussão de ganho de horas extras em outro processo em verbas salariais
Chance de perda	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Repercussão de ganho de horas extras em outro processo em verbas salariais
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Juízo	Justiça do Trabalho – Belo Horizonte MG
Instância	2ª Instância Judicial
Data de instauração	2013
Partes no processo	Autora: STEF-BH Ré: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$14.400.000,00
Principais fatos	Repercussão de ganho de horas extras em outro processo em verbas salariais
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Repercussão de ganho de horas extras em outro processo em verbas salariais (29 empregados)
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

(II) Tributário

Processo nº 200650010091097 (nº atual 0009109-68.2006.4.02.5001)	
Juízo	Justiça Federal - ES – Vitória
Instância	2ª Instância Judicial (5ª Turma Especializada TRF 2ª Região)
Data de instauração	18/09/06
Partes no processo	Autora: Ferrovia Centro Atlântica S/A Ré: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos.	R\$189.214.085,47 (valor histórico em 18/09/2006 era de R\$ 44.500.000,00) Registro contábil residual das locomotivas: 66,6 MM
Principais fatos	A Receita Federal (Inspetoria da Alfândega do Porto/ES – Vitória) impôs pena de perdimento de locomotivas da Companhia por suposta falsidade ideológica e ocultação de real importador. A Companhia ingressou com ação judicial ordinária para anular os Autos de Infração 0727600/50353/05 e 0727600/50337/05, Processos Administrativos 12466.003.298/2005-34 e 12466.003.302/2005-64, e afastamento da pena de perdimento. Sentença de primeira instância e segunda instância desfavoráveis na ação ordinária. Cautelar nº 0007708-34.2006.4.02.5001, apensa, julgada procedente em segunda instância, permitindo utilização das locomotivas até o trânsito em julgado da ação. Ambas as partes recorreram aos Tribunais Superiores. Inadmitidos recursos Especial e Extraordinário da FCA e admitido recurso da União pelo Tribunal de origem. FCA recorreu destas decisões.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	A aquisição das locomotivas se deu para possibilitar o aumento no transporte de grãos para o exterior. Não sendo revertida a pena de perdimento das locomotivas, além da perda financeira, as exportações de grãos poderão ficar comprometidas caso as locomotivas não sejam repostas.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Processo nº 0040120-10.2016.4.01.3800 – Ação Anulatória (antigo PTA nº 15504725245201291)	
Juízo	12ª Vara Federal Belo Horizonte/MG
Instância	1ª Instância
Data de instauração	12/07/2016
Partes no processo	Autor: Ferrovia Centro Atlântica S/A Ré: União Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7.105.414,42
Principais fatos	Lavrado auto de infração exigindo PIS/Cofins sobre valores recebidos de clientes e repassados a outras ferrovias a título de tráfego mútuo e direito de passagem. Auto de Infração julgado parcialmente procedente para reconhecer o direito de tomar créditos de PIS/COFINS sobre valores repassados a título de tráfego mútuo, e negado o creditamento quanto aos valores repassados a título de direito de passagem.) A Cia ajuizou ação anulatória para afastar exigência de PIS/COFINS sobre direito de passagem ou reconhecer o direito ao creditamento. União ajuizou Execução Fiscal 0053700102016401380, apenas.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Execução Fiscal nº 0433.10.017153-0 Nova numeração da execução fiscal nº 0171530-51.2010.8.13.0433 (Embargos de Devedor nº 0091447-14.2011.8.13.0433)	
Juízo	1ª Vara de Fazenda da comarca de Montes Claros
Instância	Processo findo em 2016 com êxito
Data de instauração	17/11/2010
Partes no processo	Exequente: Município de Montes Claros Executado: FCA
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico em 17/11/2010: R\$ 10.250.451,00
Principais fatos	Cobrança de IPTU de 2005 e 2009 Êxito total da FCA e fim do processo.
Chance de perda	Êxito total da FCA e fim do processo.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Processo nº 00147585020094013800 (Ação Anulatória) (Processo antigo 2009.38.00.015216-4)	
Juízo	10ª Vara Federal (JFMG)
Instância	2ª Instância – TRF 1
Data de instauração	09/06/2009
Partes no processo	Autor: Ferrovia Centro Atlântica S/A Réu: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$30.130.511,43
Principais fatos	PIS/COFINS - Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de antecipação de tutela para anular lançamentos de PIS e COFINS no PTA nº 10680008821200630 referentes aos valores que a empresa recebe de seus clientes e repassa a outras ferrovias a título de tráfego mútuo, ou seja, valores que se destinam a remunerar outros concessionários em função do uso, pela Cia, da malha ferroviária daquelas para finalizar o transporte. Sentença desfavorável à FCA. Companhia apresentou apelação. Recurso pendente de julgamento pelo TRF. (Obs.: Ação anulatória nº00582695920134013800, visa anular o mesmo auto de infração sob argumentos distintos. 2ª Instância - sentença favorável à FCA para declarar nulidade do lançamento. União apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento)
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Execução Fiscal 00025860220148260428. (Auto de Infração nº 5541222009 encerrado)	
Juízo	SEF - Setor de Execuções Fiscais - Foro Distrital de Paulínia
Instância	1ª Instância
Data de instauração	24/04/2014
Partes no processo	Autor: Estado de São Paulo

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Ré: Ferrovia Centro Atlântica S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$28.106.958,63 (valor histórico em 20/08/09: R\$ 7.287.328,35)
Principais fatos	AIIM 31168140 Lavrado pelo Posto Fiscal de Campinas por falta de recolhimento de ICMS (01/2006 a 12/2007 - falta de comprovação de remessa das mercadorias transportadas ao exterior) e creditamento indevido de ICMS (01/2006 a 12/07 - glosa de créditos decorrentes da aquisição de óleo lubrificante, creditamento indevido dos valores decorrentes da prestação de serviços de comunicação, considerando a ausência de comprovação da exportação de mercadoria ou serviços para o exterior e glosa de créditos referentes a aquisições de insumos cujas notas fiscais não foram apresentadas à Fiscalização). A auto de infração confirmado na via administrativa e inscrito em dívida ativa. Interposta ação cautelar (0002244-88.2014.8.26.0428), com oferecimento de carta fiança no valor atualizado do débito. Já houve decisão transitada em julgado determinando que a garantia permite a emissão de Certidão de Débitos com Efeito de Negativa Ajuizada a execução correlata, processo 00025860220148260428. Processos apensados. Houve citação da empresa em agosto de 2015 e requerimento de que a garantia da cautelar seja convalidada em penhora. Determinada a emissão de CND (Certidão negativa de débitos).
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Auto de Infração nº 4.017.418-9	
Juízo	Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) do Estado de São Paulo
Instância	2ª Câmara Julgadora do TIT-SP
Data de instauração	05/04/2013
Partes no processo	Autor: Estado de São Paulo Ré: Ferrovia Centro Atlântica S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$21.940.091,11
Principais fatos	Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/SP diante da suposta ausência de recolhimento de ICMS incidente sobre o transporte de mercadorias destinadas à exportação. Período: janeiro a outubro de 2010.). Julgamento desfavorável à FCA em segunda instância. Empresa apresentou recurso Especial.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Processo: 10680001318200815	
Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) – Rio de Janeiro
Instância	2ª Instância administrativa CARF
Data de instauração	31/01/2008.
Partes no processo	Autor: União Federal Ré: Ferrovia Centro Atlântica S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$12.568.495,41
Principais fatos	Cobrança de PIS e COFINS incidente sobre variações cambiais. Auto de Infração parcialmente confirmado. Recurso Voluntário e Recurso de Ofício junto ao CARF
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Processo: Auto de Infração, 50070600, 50070588, 50070599 e 50070577	
Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda - Espírito Santo
Instância	1ª Instância administrativa
Data de instauração	25/09/2014

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Partes no processo	Autor: Estado do Espírito Santo Ré: Ferrovia Centro Atlântica S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 129.592.048,02
Principais fatos	Autos de Infração – exigência de ICMS e multa 50070600 - glosa de créditos de ICMS de mercadorias do ativo imobilizado; julgado nulo em 2ª instância; 50070588 - glosa de créditos de aquisição de óleo diesel (substituição tributária); julgamento desfavorável em 1ª instância e a FCA recorreu. 50070599 - glosa de créditos de mercadorias de uso e consumo - julgamento desfavorável em 1ª instância e a FCA recorreu. 50070577 - ICMS decorrente da glosa de créditos; diferencial de alíquota – Auto de Infração ainda em 1ª instância.
Chance de perda	50% possível 50% remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Processo: 15504001658200710	
Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
Instância	2ª Instância administrativa – CARF- 4ª CÂMARA
Data de instauração	30/11/2007
Partes no processo	Autor: Receita Federal (INSS) Ré: Ferrovia Centro Atlântica S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$17.505.352,75
Principais fatos	Auto de Infração por suposto recolhimento a menor de Contribuição Previdenciária sobre as seguintes rubricas: (a) exposição de trabalhadores a riscos ocupacionais; (b) aluguéis, condomínios e despesas domésticas; (c) Remuneração de Contribuinte individual; (d) Aquisição do produto rural de pessoas físicas; (e) Indenizações; (f) SEST/SENAT. Auto de Infração julgado parcialmente procedente. Apresentação de Recursos de Ofício e Voluntário. Distribuição no CARF.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Processo: Ação Anulatória 36964-14.2016.4.01.3800 (PTA 10680.014974/2003-73)	
Juízo	19ª Vara Federal
Instância	1ª Instância
Data de instauração	06/05/16
Partes no processo	Autor: Ferrovia Centro Atlântica S/A Ré: União Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$20.813.407,85
Principais fatos	Objeto: Anulatória de COFINS do período 01.1999 a 12.2002, cobrado no processo administrativo 10680.014974/2003-73. Objeto: estorno de créditos de variação cambial passiva, tributação de créditos de hedge para cobertura de passivos, créditos de indenizações de seguros, glosa da dedução de abatimentos e bonificações.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

Processo: 15504.722.771/2015-42	
Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
Instância	1ª Instância

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Data de instauração	28/04/2015
Partes no processo	Autor: Receita Federal Ré: Ferrovia Centro Atlântica S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$218.767.362,30
Principais fatos	Objeto: Auto de Infração – PIS e Cofins – glosa de créditos – exercício 2012 Cobrança de PIS e COFINS, decorrente da glosa de créditos apropriados durante o exercício de 2012, tidos como ilegítimos ou não comprovados pela fiscalização, relativos a bens utilizados como insumos e a bens do ativo imobilizado. Impugnação apresentada
Chance de perda	Possível 67.9% / Remota 32.1%
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Perda financeira.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

(iii) Cíveis

As tabelas abaixo apresentam uma descrição individual dos processos de natureza cível, considerados relevantes para os negócios da Companhia:

Processo 200438000490150	
Juízo	Justiça Federal – MG- Belo Horizonte
Instância	1ª instância
Data de instauração	
Partes do Processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: Companhia Ré MRS Ré: União
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
Principais fatos	Ação Civil Pública que objetiva, em resumo, a condenação da União a prestar diretamente o serviço de transporte ferroviário de passageiros em todas as linhas ferroviárias utilizadas pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), ou iniciar o processo licitatório para viabilizar seu oferecimento por empresas privadas, mediante concessão, permissão, ou autorização, bem como a condenação das corrés; Ferrovia Centro Atlântica, MRS Logística S/A e RFFSA, a submeterem-se a um plano de recuperação da malha ferroviária e dos bens afetos aos serviços por elas explorados, sob o argumento de não estarem zelando pelo patrimônio público que lhes foi destinado. Após regular instrução do feito com a realização de prova pericial, inclusive, os autos foram conclusos para sentença. Em seguida, em razão do que dispõe a Resolução 4131/13 da ANTT, foi requerida pela FCA a perda do objeto do pedido de recuperação de trechos envolvidos na ação, em razão da devolução dos trechos da FCA, tratada na referida Resolução.
Chance de Perda	Possível
Análise de impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso os pedidos sejam julgados procedentes, os impactos serão financeiros, seja por conta das possíveis obras com a recuperação de trechos que eventualmente não estejam em condições regulares, seja com relação ao pagamento de valores pretendidos.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo 0049330-85.2016.4.01.3800	
Juízo	Justiça Federal – MG- Belo Horizonte
Instância	1ª instância
Data de instauração	23.8.2016
Partes do Processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: Agência Nacional de Transportes Terrestres Ré: Ferrovia Centro Atlântica
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF, alegando que há uma “reticência dos réus em cumprir integralmente o quanto estabelecido na legislação correlata às concessões, assim como em salvaguardar o patrimônio ferroviário brasileiro”, na qual pede: (i) a realização de prova pericial visando “à estimação de valores discriminados no item 2.14 desta petição” (fl. 82), com posterior acréscimo dos valores apurados “ao montante já depositado liminarmente pela Ferrovia Centro-Atlântica” (fl. 82); (ii) a “criação de fundo privado próprio, sob gestão da FCA e fiscalização de auditoria independente a ser realizada por empresa especializada e de renome e aprovada pelo Juízo e pelo MPF, visando ao recebimento dos valores pedidos na inicial ou, alternativamente, a manutenção dos valores já depositados em conta do Juízo ou, alternativamente, o depósito de tais valores no Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, previsto na Lei nº 9.008/95 ou, em último caso, o pagamento de tais valores ao Tesouro Nacional” (fl. 83); (iii) “a elaboração pelos réus de relatórios periódicos de execução das obras previstas no Anexo I da Resolução nº 4131/13, com posterior envio ao MPF e ao TCU, visando o seu acompanhamento” (fl. 83); (iv) “a exclusão das obras em pátios e oficinas da própria FCA no que tange aos investimentos a serem realizados pela FCA” (fl. 83); (v) “no que tange aos investimentos a serem realizados pela FCA, caso haja saldo remanescente, que a sua destinação priorize os projetos mais facilmente executáveis, com menores restrições ambientais e fundiárias (desapropriação), com prazos definidos, devendo tais projetos ser(sic) executados até 2026, sob pena de pagamento em espécie do saldo remanescente como condição de renovação de contrato ou encerramento do atual” (fl. 83); e, ainda, (iv) “a realização, oportunamente, de audiência pública, visando à integração da sociedade civil na determinação da destinação dos valores e obras discriminados nos itens 3. “g” e “l” desta inicial” (fl. 83). Apresentadas contestações. Processo sem movimentação desde a apresentação da Contestação.
Chance de Perda	Possível
Análise de impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso os pedidos sejam julgados procedentes, os impactos serão financeiros, com a majoração dos valores que a FCA se obrigou através da Resolução ANTT 4131/13, bem como realização do pagamento de forma diversa da estabelecida na referida Resolução e desconsideração, para fins de pagamento, dos desembolsos já realizados (pátios e oficinas).
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo 5023698-38.2017.4.03.6100	
Juízo	Justiça Federal – SP – São Paulo
Instância	2ª instância
Data de instauração	
Partes do Processo	Autor: Ultrafértil Ré: Superintende do Patrimônio da União em São Paulo
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
Principais fatos	Trata-se de agravo de instrumento interposto pela União em face da decisão que concedeu medida liminar requerida pela Ultrafértil e suspendeu os efeitos da notificação nº 039/2017 que determinou a paralisação das obras de dragagem expedida pela SPU no âmbito do mandado de segurança nº 5003136-23.2017.4.03.6104.
Chance de Perda	Possível
Análise de impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Haverá paralisação das obras de dragagem do canal de Piaçaguera.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

(iv) Ambiental

A Companhia declara que não possui nenhum processo de natureza ambiental que não esteja sob sigilo e que individualmente possa ser relevante para os seus negócios ou de suas controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor e suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou investidores do emissor ou de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e/ou suas controladas possuía apenas um processo com características apontadas nesse item:

Processo 00799404620104013800	
Juízo	Justiça Federal – MG- Belo Horizonte
Instância	2ª instância
Data de instauração	
Partes do Processo	Autor: TRANSGER S.A Transportes Gerais Reunidos Ré: Companhia Ré: Mineração Tacumã S.A Ré: KRJ Participações S.A Ré: CPP Participações S.A Ré: Carmo Administração e Participações Ltda Ré: Fundação Vale Seguridade Social – VALIA Ré: Companhia Siderúrgica Nacional - CSN
Valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
Principais fatos	Ação visa anulação da deliberação em assembleia que autorizou o aumento de capital social da FCA e o pagamento de indenização em face dos acionistas controladores. A FCA sustenta a legalidade da operação, já que o aumento de capital foi expressamente autorizado pela ANTT e, ademais, seguiu todo o trâmite legal necessário para sua realização. A ação foi inicialmente ajuizada na Justiça Estadual de Minas Gerais e foi remetida à Justiça Federal ante à necessidade de intervenção da ANTT. A juíza da 18ª vara proferiu decisão reconhecendo a competência da Justiça Federal para julgar o feito em razão do interesse da ANTT na manutenção da concessão e da higieñez do ato administrativo. ANTT ingressou no processo como assistente simples. Recebida exceção de suspeição pela juíza da 18ª Vara formulada pela FCA em desfavor do perito Nelson Ferreira dos Santos. Perito pediu vistas do incidente para conhecer o teor, mas seu prazo passou sem que se manifestasse (transcorreu in albis). Depois foi concedida vista à ANTT que ratificou a validade do ato administrativo que autorizou o aumento de capital social da FCA. Após, ANTT e partes foram intimadas a apresentar Alegações Finais, despacho contra o qual se insurgiu a Mineração Tacumã e as demais Rés através de petição específica e agravo retido, alertando o juízo de que os autos não estariam aptos a uma prolação de sentença de mérito em razão das variadas questões pendentes de análise e decisão. Todas as partes, inclusive a ANTT, apresentaram Alegações Finais. Em seguida foi proferida decisão concluindo pela regularidade da prova pericial produzida e desnecessidade de complementação. Os Réus apresentaram embargos de declaração e a juíza de 1º grau prolatou decisão mantendo o entendimento da regularidade da prova pericial e encerrou a instrução. Contra essa decisão as Rés apresentaram agravo retido. Em maio de 2015 foi proferida decisão sobre Recursos Especiais destinados ao ingresso dos minoritários. O STJ entendeu que os atos do processo deveriam ter sido anulados e com isso a decisão proferida pelo juízo estadual, que indeferiu o

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

	ingresso do Minoritário como Litisconsorte. Os acionistas minoritários e a Associação de Preservação da Memória Ferroviária peticionaram em primeira instância pleiteando seu ingresso na lide como litisconsortes passivos necessários, com anulação de todo o processo desde a citação. Em novembro de 2016 foi feita audiência de conciliação e a juíza determinou que a Autora e as Rés, sucessivamente, apresentassem propostas de acordo escritas. Apresentadas as propostas primeiro pela Transger e depois pelas Rés.
Chance de Perda	Possível
Análise de impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso os pedidos sejam julgados procedentes, o aumento de capital da Companhia será anulado e voltará ao patamar anterior ao da operação. Ainda, os acionistas controladores deverão indenizar a autora pelos prejuízos que esta eventualmente teria sofrido com a operação, em valores que ainda deverão ser liquidados pelo judiciário.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes: Análise do impacto no caso de perda de eventuais processos sigilosos relevantes e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, informando valores envolvidos.

A Companhia não é parte de processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que em conjunto são relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte: Cível e Ambiental

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas não era parte em nenhum processo cível ou ambiental que fosse relevante para o negócio da Companhia.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Outras Contingências Relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes, além das explicitadas nessa seção.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é emissora estrangeira.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar:

- a. **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma nova política de gerenciamento de riscos publicada em 31/03/2017, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo que está em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

- b. **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i e ii. Os riscos para os quais se busca proteção

Risco do aumento de combustível

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado futuro instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

No que tange à segurança do transporte e dos produtos transportados, a Companhia se protege com investimentos de remodelação da via, equipamentos de detecção de falhas, bem como um Centro de Controle Operacional com tecnologia avançada com vistas ao gerenciamento do transporte.

Risco de crédito

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

Risco de demanda pelos produtos transportados

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de controle de gerenciamento de riscos. A política e as normas de gestão de riscos, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos adotados pela empresa é que determinam a diversificação de operações e a proibição de operações com derivativos de caráter especulativo. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da empresa. A recomendação e a execução das operações de mitigação de riscos serão efetuadas, quando necessário, pela área responsável pela função de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não vê necessidade de alteração da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

- a. **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

- b. **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i. **Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Risco de aumento do custo de combustível

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

Risco de crédito

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosa dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

Risco de demanda pelos produtos transportados

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

- ii. **Estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A gestão integrada de riscos da empresa e de suas controladas busca avaliar os diversos fatores de risco de mercado e o impacto que tais eventos trariam para o fluxo de caixa da Companhia. Qualquer estratégia de mitigação de risco, quando necessária, deverá ser aprovada conforme Governança interna, com o objetivo de contribuir de forma

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

significativa para a redução da volatilidade do fluxo de caixa para os níveis desejados.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Além da política de concessão de crédito adotada, da celebração de contratos de longo prazo para o fornecimento de combustível e do investimento constante na melhoria da qualidade e expansão de nossos equipamentos, a Companhia não utiliza atualmente outros instrumentos de proteção patrimonial.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. Conforme já destacado, estas, quando necessárias, serão executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas.

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não pretende operar instrumentos financeiros com outros objetivos que não a proteção patrimonial (hedge).

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de controle de gerenciamento de riscos. A política e as normas de gestão de riscos, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos adotados pela empresa é que determinam a diversificação de operações e a proibição de operações com derivativos de caráter especulativo. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da empresa. A recomendação e a execução das operações de mitigação de riscos serão efetuadas, quando necessário, pela área responsável pela função de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não vê necessidade de alteração da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Administração do Emissor realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras.

A partir do Mapeamento dos Processos da Companhia, são verificados os eventos de riscos associados para identificar possíveis interferências no alcance dos objetivos dos processos. Após tal identificação, verifica-se os controles praticados para mitigação dos riscos. Quando não identificado o controle, as recomendações fortalecem a necessidade de sua criação com recomendações e acompanhamentos por Plano de Ação. Na existência de controles, estes são testados e monitorados e, havendo possibilidade de melhoria, são recomendadas ações a serem praticadas pelas áreas e acompanhadas pela equipe de Riscos e Controles Internos e, também, pela Diretoria a partir do acompanhamento da performance.

Os Controles Internos praticados são: controles operacionais e sistêmicos, para acompanhamento da produção e da qualidade da produção; controles financeiros para garantir o fluxo de caixa e liquidez da Companhia; controles corporativos com vistas a garantir a performance planejada entre outros mecanismos com objetivo de mitigar os riscos que afetam a capacidade de a empresa elaborar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos, implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A. A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos processos, identificando os controles existentes. Estes controles são avaliados quanto a sua eficácia e aderência e, quando necessário, são recomendadas ações, estratégias, para melhoria de processos, que são executadas pelas áreas e acompanhadas pelo Controle Interno. Além disto, a VLI S/A possui em sua estrutura uma área de controladoria atuante nos controles voltados para as demonstrações financeiras.

Um canal de Ouvidoria e *Compliance*, cujo principal objetivo é apurar as denúncias e manter a consonância das atividades da empresa com a legislação vigente, complementam essa estrutura.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos controles. Estas avaliações são refletidas em relatórios apontando a eficácia e aderência dos controles e sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e

5.3 - Descrição dos controles internos

recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A.

O acompanhamento e diligenciamento das ações relacionadas aos trabalhos de Riscos e Controles internos é realizado em reuniões mensais da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, conforme agenda.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Não foram apresentadas pelos auditores independentes, em seu relatório de recomendações significativas acerca da eficácia dos controles internos adotados pelo Emissor.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No encerramento do exercício, tomando por base testes executados pela Administração durante todo o período, não foram identificadas deficiências relevantes na execução dos controles.

As possíveis falhas quando identificadas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício.

A metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos utilizadas pela Companhia são adequadas para assegurar a eficiência e confiabilidade de seus controles interno.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A reputação e imagem positivas da FCA são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses princípios. Neste sentido, atitude certa para resolver, respeito às pessoas sempre e tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FCA: diretores, empregados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviços.

Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os empregados estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas do RH e as legislações específicas.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FCA, VLI, em agosto de 2014 e passou por duas revisões até 2018. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia.

Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Fornecedor que é distribuído para todos os fornecedores e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FCA. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações.

Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e está ligada à Diretoria de Consultoria Geral e Integridade. Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são:

1. Assessment de riscos (bianual)
2. Comprometimento com a cultura de compliance
3. Supervisão e recursos para o compliance
4. Código de conduta ética, políticas e procedimentos
5. Atividades de due dilligence
6. Controles internos e monitoramentos efetivos
7. Comunicação e programas de treinamento contínuos
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares

O Comitê de Ética e Conformidade é composto pelo Diretor Presidente, seus diretos e Diretores, em alguns casos, outros gerentes, bem como a área apuradora poderão ser convocados a participar. As reuniões são mensais e possuem as seguintes finalidades:

- I. Realizar aprovações pertinentes;
- II. Conhecer os relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade;
- III. Deliberar sobre relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade que tiverem os fatos confirmados.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Baseado nos valores, o Canal de Ética tem como objetivo orientar a empresa e terceiros que agem em seu nome a agir de forma correta, respaldados pelos mais elevados padrões de integridade. Ele é gerido por uma empresa terceirizada e pode ser acessado por funcionários de todos os níveis hierárquicos de maneira anônima e protegida.

5.4 - Programa de Integridade

O acesso ao canal pode ocorrer das seguintes maneiras: 1) via site institucional, intranet e telefones, inclusive secretária eletrônica, disponibilizados nos meios de comunicação 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (atendimento de segunda a sábado, de 10h às 16h.). Caminho on-line: www.canaldeetica.com.br/vli (24 horas por dia, 7 dias por semana).

As denúncias recebidas via canal são apuradas pela área de Ética e Conformidade e, ao final, reportadas ao Comitê de Ética e conformidade.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

De acordo com a Diretriz de Ética e Conformidade, sempre que a FCA tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios deverá ser realizada a Due Diligence prévia de verificação se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente a legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional).

Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa envolvida na reestruturação societária, o Comitê de Ética deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável à FCA uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve eventos que alterassem significativamente os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	14/08/1995
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/02/1996

6.3 - Breve histórico

6.3 – Breve Histórico

A Companhia foi constituída em 14 de agosto de 1995, sob a denominação social de Ferrovia Centro-Atlântica S.A. A Companhia tem sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e seu objeto social compreende como principais atividades a (i) prestação de serviços de transporte ferroviário, (ii) exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e (iii) atuação como operador portuário.

Em 28 de agosto de 1996, a União Federal, por meio de Decreto Presidencial, outorgou à Companhia a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, em decorrência do processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, nos termos do Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para fins de atendimento ao Programa Nacional de Desestatização. O referido contrato de concessão tem prazo de vigência até agosto de 2026, podendo ser renovado por um período adicional de 30 anos.

Também em 28 de agosto de 1996, a Companhia celebrou contrato com a RFFSA para fins de arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste. O referido contrato de arrendamento tem prazo de vigência até agosto de 2026, podendo ser renovado por um período adicional de 30 anos.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal. A Companhia interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador e Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovia Bandeirantes S.A. – Ferrobán, que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari (MG) e Boa Vista Nova (SP), denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao seu ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, por meio de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, por meio da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo Mineração Tacumã Ltda. – controlada da Vale S.A. – como a única controladora da Companhia.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda. transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A. e, em 30 de novembro de 2011, tendo sua denominação social novamente alterada para VLI Multimodal S.A.

A VLI Multimodal S.A. é uma sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, cujo objeto social é a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal; investimentos e

6.3 - Breve histórico

obras em projetos de infraestrutura; exploração de atividades relacionadas a serviços de transporte de carga, tais como a gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos e a participação em outras sociedades ou empreendimentos.

Em abril de 2014, a Vale S.A efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200.000,00 (Um bilhão, quinhentos e nove milhões, duzentos mil reais) representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. ("Mitsui"). Nesta operação R\$ 709.200.000,00 (setecentos e nove milhões, duzentos mil reais) foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de Reais) aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ("FI-FGTS"), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A..

Atualmente, as ações de emissão da Companhia são listadas para negociação na BM&FBOVESPA, sob os códigos "VSPT3" (ações ordinárias) e "VSPT4" (ações preferenciais).

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Na data deste Formulário de Referência, não havia pedidos de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1.1. Descrição das atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia presta serviços de transporte ferroviário, explorando serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto de sua concessão, bem como explora os transportes modais relacionados ao transporte ferroviário.

Dessa forma, atua como eixo de conexão ferroviária entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, transportando produtos diversos, tais como: soja, bauxita, calcário, cimento, fosfato, fertilizantes, ferro-gusa, petroquímicos e álcool, entre outros.

A Companhia exerce suas atividades por meio de concessão outorgada pela União para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, que abrange os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal. Ademais, a Companhia detém o direito de exploração da Malha Paulista, trecho ferroviário entre os municípios de Araguari (MG) e Boa Vista Nova (SP).

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante "RFFSA"), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações. As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista.

No exercício de 2005, a Companhia incorporou os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.14. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão.

Considerando as malhas Centro-Leste e Paulista, a FCA possui atualmente 7.220 quilômetros de Ferrovia ao longo do país.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013 pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com o que restou previsto na resolução ANTT, 4.131/13 e, os trechos viáveis economicamente, posteriormente, tiveram sua devolução revogada conforme resolução ANTT nº 5.101/16, tendo em vista a alteração de escopo do Programa de Investimentos em Logística – PIL.

No entanto, apenas os trechos antieconômicos tiveram sua devolução concluída, uma vez que, devido a alterações no escopo do Programa de Investimentos em Logística – PIL, os trechos economicamente viáveis tiveram sua devolução revogada. Para tanto, em 25 de maio de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União, resolução ANTT nº 5.101/16, revogando a devolução dos trechos economicamente viáveis e seus desdobramentos.

A publicação da referida resolução ANTT nº 5.101/16, foi refletida no contrato de Concessão, através do 4º termo aditivo, celebrando entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres e a FCA, em maio de 2017.

Na oportunidade da edição do termo aditivo foi contemplado também o ajuste do anexo I da resolução ANTT nº 4.131/13, alterada pela resolução ANTT nº 4.750/15, onde foi substituída a obra 1.

Tal fato não trouxe alterações estruturais, tendo em vista que os trechos ainda estavam sob a responsabilidade da FCA, com o respectivo atendimento aos clientes. A FCA permanece pagando trimestralmente os valores devidos dos contratos de arrendamento e concessão até o término do Contrato com o Governo Federal.

Desse modo, os trechos desativados e devolvidos foram:

I – Trechos antieconômicos:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Bumier (MG);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).

Outro ponto importante, tratou da publicação da Resolução ANTT n.º 4.975 de dezembro de 2015, que estabeleceu procedimentos e diretrizes para a repactuação dos contratos de concessão de ferrovias no caso de pedido de prorrogação de prazo, formulados por concessionárias.

A FCA manifestou interesse em prorrogar seu contrato e, ao longo do ano de 2016, o processo de repactuação foi estruturado de forma a estabelecer diretrizes para que as Concessionária se habilitem para a renovação.

Em 2017, por meio do Decreto presidencial nº 9.059/17 publicado no Diário oficial em 26/05/2017, a FCA foi qualificada no âmbito dos empreendimentos do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos criado pelo Governo Federal -, com a possibilidade de ter o seu contrato de Concessão prorrogado.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O processo ainda está em andamento e possui um cronograma de prazos e ações que são tratados no âmbito do Governo Federal.

Ainda em 2017, no mês de março, a FCA celebrou junto à ANTT e o DNIT o 7º termo aditivo ao Contrato de Arrendamento, para formalizar o processo de substituição de 1012 vagões arrendados por 709 vagões próprios, com base nas rotinas do acordo de cooperação técnica celebrado entre ANTT e DNIT.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

Não se aplica, porque o emissor não é sociedade de economia mista

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Um segmento operacional é uma parcela das operações da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com partes relacionadas.

A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

a) Produtos e serviços comercializados em cada segmento operacional

As operações da Companhia estão concentradas em um segmento operacional único. Para maiores informações sobre os negócios, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As operações da Companhia correspondem a um segmento operacional único.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não aplicável o lucro líquido resultante do segmento em virtude do comentado no item **b**.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. e b. Características do processo de produção e de distribuição

Por ser uma prestadora de serviços de logística, com base ferroviária, os processos de “produção e distribuição” da Companhia se resumem à prestação de serviços de transporte de cargas, armazenamento e distribuição de produtos para seus clientes nos chamados corredores: Centro-Leste, Centro-Sudeste, Minas-Rio e Minas-Bahia, observando-se os seus segmentos de atuação.

As operações dentro de cada um dos segmentos de atuação são simples e não diferem muito entre si, diferenciando-se apenas no que se refere aos ativos utilizados para o transporte, dadas as diferenças na natureza dos produtos transportados por cada uma, e o nível de serviço exigido pelo cliente.

Geralmente faz-se um trecho rodoviário, que tem a função de concentrar carga em um determinado terminal e criar o volume necessário para viabilizar a ferrovia, momento a partir do qual os vagões são carregados e tracionados para o destino.

Dependendo do tipo de carga transportada ou da destinação a ser dada a ela pelo cliente, a descarga será feita em um terminal portuário ou em um terminal no interior do país. No transporte de produtos agrícolas, por exemplo, o destino da maior parte da carga são os portos de onde a mesma será destinada para a exportação. No segmento de produtos industrializados, por outro lado, os destinos podem ser diversos, uma vez que muitas das cargas são destinadas ao mercado interno.

A Companhia acredita que no negócio de transporte ferroviário, dadas as vantagens competitivas que possui em relação ao modal rodoviário, existe uma forte tendência de migração de cargas para a ferrovia.

Poucos são os riscos inerentes ao processo de transporte em si, sendo riscos de acidentes os que possuem maior potencial de paralisação das atividades.

c. Características dos mercados de atuação, em especial (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

A Companhia atua como uma operadora logística de base ferroviária, principalmente prestando serviços de transporte de cargas nos segmentos de agricultura, produtos industrializados e siderurgia. Pela natureza de cada negócio, os mercados aos quais a Companhia atende são delimitados pelo alcance geográfico de suas linhas, sendo que a sua área de influência deve obedecer aos termos do contrato de concessão celebrado e à regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, reguladora do setor.

Com efeito, as ferrovias têm áreas de influência definidas e, em poucos pontos, estas áreas se confundem, razão pela qual o maior concorrente no transporte de mercadorias da Companhia sob sua área de influência é o transporte rodoviário.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O mercado de transporte ferroviário no Brasil funciona com um formato pelo qual as empresas atuam como operadoras logísticas em suas regiões, divididas conforme as concessões públicas realizadas pela ANTT, que atuam como barreiras a entradas de novos concorrentes, uma vez que todas as áreas são concedidas a apenas um operador. Como não existem ferrovias paralelas com operadoras diferentes, a competição no mercado em que a Companhia atua acontece contra o transporte realizado por meio de caminhões, uma vez que o transporte rodoviário pode competir pelas mesmas cargas transportadas por meio de ferrovias, e a definição das melhores condições para o cliente é que define o modal a ser utilizado para o transporte.

Os principais direcionadores competitivos no caso do transporte de cargas é o preço do frete cobrado, o nível do serviço prestado e o volume a ser transportado. Por oferecer um preço mais vantajoso, aliado à maior capacidade de transporte, a Companhia tem oportunidades significativas dentro das áreas em que atua de aumentar a atual participação de mercado, acreditando ocupar uma melhor posição estratégica do que seus concorrentes para aproveitar as oportunidades de crescimento nesses setores de mercado.

Em 2017, a receita líquida da FCA aumentou 30% sobre o exercício anterior. O principal fator de sustentação desse crescimento foi a safra de grãos recorde registrada nesse ano.

Agricultura:

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja, milho, açúcar. Esse segmento foi influenciado pela expressiva recuperação de safra ocorrida no Brasil entre 2016 e 2017, resultando num crescimento de 23% do volume transportado quando comparado à 2016, para 18 bilhões de TKU.

Encerramos 2017 com grandes avanços comparado em 2016, devido à expansão da capacidade e integração dos ativos, conseguindo capturar ganhos significativos também no açúcar.

Industrializados:

O transporte de industrializados apresentou recuperação no ano de 2017 em consonância com o cenário econômico do país. Ajustando a visão, através da transferência da carteira de Fertilizantes para a Agricultura, o segmento de industrializados finalizou o ano com crescimento de 12% no volume transportado, concentrados em Calcário, Clínquer e Madeira em Toras. O segmento finalizou o ano com 3,8 bilhões de TKU transportados e receita total de R\$ 371 milhões.

Siderurgia e Construção:

O segmento de Siderurgia e Construção apresentou crescimento de 4 % em 2017, alcançando 2,7 bilhões de TKU. As perdas ocorridas no transporte de insumos para construção foram compensadas pela concentração da produção de nossos clientes em plantas siderúrgicas atendidas pela FCA. A receita desse segmento totalizou R\$ 238 Milhões em 2017. Destacam-se como principais produtos o Minério de Ferro, Calcário, Ferro Gusa, Cimento, Coque e Produtos Siderúrgicos.

d. Eventual sazonalidade

Os setores de transporte e de logística são altamente sazonais, acompanhando geralmente os ciclos da economia mundial.

Além disso, embora o setor de transporte esteja exposto a condições macroeconômicas, cada setor de mercado pode ter seus resultados afetados por numerosos fatores específicos.

Alguns dos clientes da Companhia atuam em mercados sazonais, sendo que flutuações em alguns destes setores sazonais podem ter efeitos adversos nos seus negócios. A produção e a receita auferida pela Companhia sofrem impactos relativos à sazonalidade verificada, sobretudo no segmento agrícola (safra de grãos), uma vez que o período de colheita do grão ocorre geralmente entre os meses de abril e agosto, o que acarreta em um aumento na demanda pelo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

serviço de transporte destes produtos.

Ademais, alguns dos produtos que a Companhia transporta têm apresentado um padrão de sazonalidade de preço tipicamente influenciado pelo ambiente econômico geral e pela capacidade e demanda do setor, não sendo possível garantir que os preços e a demanda desses produtos não sofrerão redução no futuro, afetando negativamente esses setores e, por sua vez, os negócios e resultados financeiros da Companhia.

e. Principais insumos e matérias primas:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A Companhia acredita manter uma relação saudável com seus fornecedores, sendo que, via de regra, tais relações não estão sujeitas a nenhum tipo de controle ou regulamentação governamental, nem mesmo há qualquer acordo de exclusividade com nenhum deles.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Por ter um número restrito de empresas operando a malha ferroviária brasileira, o mercado não oferece muitas opções em termos de fornecedores para serviços e produtos específicos do negócio ferroviário.

Assim, as empresas acabam sendo dependentes de alguns fornecedores para o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia, por exemplo, mantém, em suas atividades, relações com distribuidores de combustível. Todavia, por ser um setor concentrado, com pequeno número de fornecedores, a Companhia fica exposta a este cenário e sujeita a eventuais riscos de escassez de produto e aumento de preços.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A partir do 4º trimestre de 2016, a Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A. adotou uma política de repasse mensal dos preços do diesel no Brasil de forma a se aproximar do mercado internacional, onde o preço flutua diariamente.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor.

Nenhum cliente representou mais de 10% da receita líquida da FCA em 2017.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

As operações de ferrovias no Brasil estão sujeitas à regulamentação e à supervisão do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e operam em conformidade com os contratos de concessão firmados com o governo federal.

A agência reguladora estabelece diferentes limites tarifários para os serviços ferroviários de cada concessionária e de cada produto transportado. Enquanto essas limitações forem respeitadas, os preços reais cobrados podem ser negociados diretamente com os usuários de cada serviço.

As Ferrovias também atuam junto a ANTF nos temas estabelecidos pela Agenda Regulatória da ANTT e que podem trazer impactos as atividades. Alguns exemplos são temas como: Receitas Alternativas; Declaração de Regularidade Contratual e Regulamentar; Regras de reversibilidade de bens; Regulamento de segurança na circulação de trens; Revisão da Resolução ANTT nº 2.695/2008; Resolução de seguros exigíveis; etc.

Para o exercício das atividades de transporte de cargas, a Companhia não necessita de nenhuma outra autorização governamental, sendo válido o contrato de concessão para o uso da malha ferroviária, desde que observadas as regras previstas no Edital de Desestatização e na legislação relacionada ao transporte ferroviário, incluindo as resoluções regulatórias emitidas pela ANTT.

Para os casos de eventos não inclusos nas atividades principais da Companhia, são necessárias as autorizações e aprovações dos órgãos governamentais locais para projetos e licenças ambientais, dentre outros cabíveis dependendo da atividade.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

A Ferrovia Centro Atlântica não possui receitas provenientes do exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 - Efeitos relevantes da regulação estrangeira sobre as atividades da Companhia

A regulação estrangeira não gera impactos nas atividades da Companhia. O Brasil possui Agência Reguladora própria, que é responsável pela regulamentação do setor.

Eventualmente a agência reguladora busca subsídios no cenário internacional, com intuito de aprimorar o modelo regulatório a ser aplicado. A edição de normas pela Agência passa em um primeiro momento por um processo de audiência pública, visando a participação da sociedade com a apresentação de contribuições e subsídios, o que pode ser ou não levado em consideração quando da divulgação da norma.

Após a divulgação da norma, as Ferrovias reguladas fazem a análise dos documentos e, havendo necessidade, cabe um pedido de reconsideração na norma divulgada. Caberá a Agência acolher ou não o pedido de reconsideração, podendo ainda ser discutido em juízo.

7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

A FCA aposta no desenvolvimento econômico alinhado à promoção social e à geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento. A mudança está no DNA da Companhia e promovê-la nas comunidades é um compromisso da empresa. Em 2017, investimentos foram feitos em projetos de educação, esporte e promoção da saúde. Ao longo do ano, foram capacitados professores da rede pública de ensino e beneficiou milhares de pessoas. Além do investimento social, a FCA mantém um diálogo permanente e transparente com as comunidades, por meio do programa de visitas Braços Abertos, do canal de relacionamento (Alô VLI) e de campanhas que conscientizam a população sobre os cuidados necessários para uma convivência segura com a ferrovia.

A FCA investe em melhorias ambientais constantemente, como recuperação de áreas degradadas, reforma de redes de drenagens pluvial e de efluentes, reformas e construção de novos depósitos de resíduos e locais para armazenamento de produtos químicos, além de ações que visam eficiência energética nas edificações. A empresa possui o programa Selo Verde que prevê diretrizes sobre ações que possam trazer economia no uso de água e energia, além de redução na geração de resíduos sólidos nas edificações da empresa. A iniciativa visa conjugar as metas de crescimento e produção com a eficiência energética.

Além disso, a área de meio ambiente monitora constantemente diversos indicadores ambientais como ruídos, vibrações, emissões atmosféricas e qualidade do ar. Os monitoramentos são realizados ao longo da sua malha ferroviária e nas unidades de apoio.

a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais:

Anualmente, a Ferrovia Centro Atlântica divulga ao IBAMA o atendimento às condicionantes socioambientais, onde estão incluídos dados referentes ao cumprimento das ações previstas nos PBA's.

b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações:

A área de meio ambiente corporativa da FCA realiza, no início do ano corrente, reunião para analisar os resultados do ano anterior, estudar pontos de melhoria, pontos positivos ocorridos e elaborar o Plano de Ação – PA, para atingimento das metas definidas no Estudo de Metas, bem como para propor melhorias na gestão ambiental. Com base nessas análises, são propostas metas e ações que visam o acompanhamento e amadurecimento da gestão ambiental.

c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações do sistema de gestão ambiental não são auditadas por entidades independentes. Entretanto, a área de Meio Ambiente atua em diversas frentes para implantar ações de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, além de ser responsável por atender às condicionantes ambientais para a operação ou a instalação de estruturas como terminais ferroviários e portuários ou pátios de cruzamento de trens.

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

o site da Controladora da FCA, VLI, possui informações de sustentabilidade da empresa e um dos temas é meio ambiente. Acesso: www.vli-logistica.com.br/sustentabilidade.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram destacadas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia FCA no último exercício social.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houveram alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais (receitas alternativas);

*005FCA2015: Venda de sucata graúda para a empresa ArcelorMittal, data de assinatura 23/02/2015 com vencimento em 07/08/2018. Valor total: R\$ 8.526.000,00.

* 005FCA2017: Venda de trilhos inservíveis para a empresa Trilhos Ferroviários Ltda, data de assinatura 27/01/2017 com vencimento em 31/12/2017. Valor total: R\$ 1.334.000,00.

* 028FCA2017: Venda de trilhos inservíveis para a empresa Contrifer Comércio de Trilhos Ltda, data de assinatura 24/04/2017 com vencimento em 31/12/2017. Valor total: R\$ 1.708.000,00.

* 050FCA2017: Venda de trilhos inservíveis para a empresa Contrifer Comércio de Trilhos Ltda, data de assinatura 02/08/2017 com vencimento em 31/12/2017. Valor total: R\$ 650.000,00.

* 051FCA2017: Venda de trilhos inservíveis para a empresa Contrifer Comércio de Trilhos Ltda, data de assinatura 21/08/2017 com vencimento em 30/04/2018. Valor total: R\$ 650.000,00.

* 098FCA2017: Venda de trilhos inservíveis para a empresa Aços Embú Comércio de Metais Ltda, data de assinatura 25/10/2017 com vencimento em 31/12/2018. Valor total: R\$ 1.310.000,00.

* 001FCA2017: Venda devagão para a empresa Locofer, data de assinatura 16/01/2017 com vencimento em 30/03/2017. Valor total: R\$ 617.723,00.

* 026FCA2017: Venda de vagão para a empresa Oestfer, data de assinatura 20/04/2017 com vencimento em 20/07/2017. Valor total: R\$ 708.000,00.

* 016FCA2017: Venda de salvados diversos para a empresa Marcondes Maia Santos, data de assinatura 14/03/2017 com vencimento em 20/03/2018. Valor total: R\$ 10.160.000,00.

* 015FCA2017: Venda de sucata ferrosa para a empresa ArcelorMital, data de assinatura 20/03/2017 com vencimento em 31/03/2018. Valor total: R\$ 1.075.000,00.

* 008FCA2017: Venda de sucata ferrosa para a empresa ArcelorMital, data de assinatura 28/02/2017 com vencimento em 30/03/2018. Valor total: R\$ 2.030.900,00.

* 071FCA2017: Venda de óleo usado para a empresa Petrolub, data de assinatura 31/12/2017 com vencimento em 31/12/2018. Valor total: R\$ 1.562.000,00.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor**

1) Descrição do bem	Rede centro-leste (extensão de aproximadamente 7.220 quilômetros de trilhos)
País de localização	Brasil
Estado e Município	Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia, São Paulo e Distrito Federal
Indicar se alugado, arrendado ou próprio	Arrendada.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
4.889 Vagões	Brasil			Própria
Rede Centro Leste	Brasil	MG		Própria
Rede Centro-Leste	Brasil	SP		Própria
267 Locomotivas	Brasil			Arrendada
Rede Centro-Leste	Brasil	BA		Própria
Rede Centro-Leste	Brasil	MG		Arrendada
Rede Centro-Leste	Brasil	GO		Própria
212 Locomotivas	Brasil			Própria
Rede Centro-Leste	Brasil	BA		Arrendada
Rede Centro-Leste	Brasil	MG		Arrendada
7995 Vagões	Brasil			Arrendada
Rede Centro-Leste	Brasil	BA		Própria
Rede Centro-Leste	Brasil	MG		Própria
Rede Centro Sudeste	Brasil	SP	Distribuídas pelo município de São Paulo	Arrendada
53 Locomotivas	Brasil			Arrendada
Rede Centro Sudeste	Brasil	SP		
1177 Vagões	Brasil	MG		Arrendada
Rede Centro Sudeste	Brasil	SP	Distribuídas pelo município de São Paulo	Própria
77 Vagões	Brasil	SP		Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Concessão pela União do serviço público de transporte ferroviário da Malha Centro-Leste em 28.08.96	30 anos	Término contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Companhia.	A concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.
Concessões	Contrato de cisão de trecho ferroviário, pertencente à Ferrovia Bandeirantes S.A. - FERROBAN	30 anos	Término contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da Companhia.	A concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Consórcio Railnet	03.432.011/0001-39	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Concessão de direitos de exploração de faixa de domínio das ferrovias	48,700000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	0,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Rentabilizar ativo existente (direito de exploração das linhas)								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2017 foi de crescimento para a Ferrovia Centro Atlântica. A safra recorde de grãos e o aquecimento da economia contribuíram para a recuperação do volume transportado nos principais corredores da Companhia. Além disso, o Complexo Mineral de Patrocínio entrou em fase de ramp up operacional, transportando minério de fosfato entre os municípios de Patrocínio e Araxá. Outro fator que contribuiu para a melhoria dos resultados foi o aumento da capacidade portuária nas áreas de influência da FCA, motivando o aumento no transporte de cargas do segmento agrícola.

Como consequência desse cenário, tivemos um EBITDA de R\$ 375 milhões (aumento de 52%), provocado pelo aumento de volume, que totalizou 24.480 milhões de TKU no período (19% acima do ano anterior).

Com o objetivo de suportar o crescimento previsto em seu plano de negócios, a Companhia investiu mais de R\$ 518 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos voltados para o meio ambiente e saúde e segurança.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 4.389 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 73 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 4.381 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 49,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, seu patrimônio líquido foi de R\$ 1.571 bilhão enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 40,2 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Em milhares de Reais	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	11.712	44.167
Compra de ativo imobilizado e intangível	(535.174)	(634.756)	(414.991)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(529.404)	(623.044)	(370.824)

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme disposto no item 10.1 (b) acima, a administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais	2017		2016		AH(%)
	31/12/2017	AV(%)	31/12/2016 (reapresentado)	AV(%)	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	73.047	1,38	49.217	0,97	48,4

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a receber	202.975	3,82	151.569	2,99	33,9
Outros ativos financeiros	483	0,01	-	-	-
Estoques	77.653	1,46	63.222	1,25	22,8
Tributos a recuperar	38.441	0,72	38.202	0,75	0,6
Tributos antecipados sobre o lucro	11.271	0,21	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	20.725	0,39	22.319	0,44	(7,1)
Sinistros a recuperar	-	-	39.927	0,79	-
Demais ativos	47.002	0,89	28.519	0,56	64,8
	471.597	8,88	392.975	7,74	20,0
Não circulante					
Contas a receber	268.733	5,06	284.676	5,61	(5,6)
Despesas pagas antecipadamente	13.991	0,26	15.816	0,31	(11,5)
Depósitos judiciais	239.648	4,51	253.140	4,99	(5,3)
Tributos a recuperar	36.339	0,68	48.654	0,96	(25,3)
Tributos diferidos sobre lucro	215.964	4,07	213.051	4,20	1,4
Contas a receber da RFFSA (União)	89.860	1,69	87.230	1,72	3,0
Sinistros a recuperar	32.286	0,61	-	-	-
Demais ativos	9.390	0,18	25.194	0,50	(62,7)
Imobilizado	675.952	12,73	598.725	11,79	12,9
Intangível	3.256.817	61,33	3.157.344	62,19	3,2
	4.838.980	91,12	4.683.830	92,26	3,3
Total do ativo	5.310.577	100,00	5.076.805	100,00	4,6
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Leasing	-	-	33.059	0,65	-
Fornecedores	186.624	3,51	192.581	3,79	(3,1)
Contas a pagar	339.855	6,40	103.343	2,04	228,9
Tributos a recolher	17.243	0,32	16.590	0,33	3,9
Obrigações sociais e trabalhistas	91.384	1,72	61.243	1,21	49,2
Arrendamentos e concessão	37.880	0,71	50.059	0,99	(24,3)
Antecipações de clientes	46.947	0,88	55.640	1,10	(15,6)
Receitas diferidas	1.567	0,03	1.567	0,03	-
Demais passivos	14.718	0,28	28.952	0,57	(49,2)
	736.218	13,86	543.034	10,70	35,6
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	55.536	1,05	45.079	0,89	23,2
Benefícios a empregados	3.591	0,07	2.020	0,04	77,8
Tributos diferidos sobre lucro	22.752	0,43	-	-	-
Receitas diferidas	23.628	0,44	25.195	0,50	(6,2)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	79.978	1,51	79.978	1,58	-
	185.485	3,49	152.272	3,00	21,8
Patrimônio líquido					
Capital social	4.558.859	85,84	4.558.859	89,80	-
Prejuízos acumulados	(169.985)	(3,20)	(177.360)	(3,49)	(4,2)
	4.388.874	82,64	4.381.499	86,30	0,2
Total do passivo e patrimônio líquido	5.310.577	100,00	5.076.805	100,00	4,6

Considerações sobre as principais contas do Ativo**Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 392,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 20%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 96,64% em 31 de dezembro de 2017 e 65,29% em 31 de dezembro de 2016, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	23.645	3.707
Aplicações Financeiras	49.402	45.510
	73.047	49.217

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,684 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,3 % do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,157 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,2% do total do intangível. Esse aumento decorreu dos investimentos realizados principalmente em via permanente.

				<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	
	<u>Tempo estimado de vida útil</u>	<u>Taxa média anual de amortização</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Direitos de concessão	8,8 anos	11,33%	43.168	(25.265)	17.903	19.951
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.607	(12.186)	7.421	8.030
			62.775	(37.451)	25.324	27.981
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			336	-	336	58
Imóveis	25 a 50 anos	4,00%	290.543	(49.095)	241.448	242.907
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 anos	10,00%	14.772	(5.340)	9.432	111.235
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	9,00%	12.880	(5.273)	7.607	17.892
Veículos	5 anos	20,00%	14	(14)	-	788
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	6.066	(2.210)	3.856	5.299
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	39	(21)	18	126
Locomotivas	12 a 25 anos	7,88%	157.594	(131.327)	26.267	160.180
Vagões	30 anos	3,33%	298.446	(57.802)	240.644	150.525
Via permanente	8,8 anos	11,33%	3.626.331	(1.411.268)	2.215.063	2.003.241
Outros ativos	10 anos	10,00%	16.022	(909)	15.113	245
			4.423.043	(1.663.259)	2.759.784	2.692.496
Benfeitorias em curso			471.709	-	471.709	436.867
			4.957.527	(1.700.710)	3.256.817	3.157.344

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 598,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 675,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 12,9%. Esse aumento foi decorrente de investimentos principalmente em locomotivas.

				<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	
	<u>Tempo estimado de vida útil</u>	<u>Taxa média anual de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>(reapresentado) Líquido</u>
Bens em operação						
Imóveis	25 a 50 anos	3,99%	7.316	(2.047)	5.269	17.256
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 a 20 anos	9,52%	4.362	(1.358)	3.004	3.147
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,45%	97.514	(36.455)	61.059	111.194
Veículos	5 anos	20%	14.257	(11.029)	3.228	2.844
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.076	(6.641)	10.435	9.888

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	1.909	(1.341)	568	711
Locomotivas	12 a 25 anos	6,76%	648.462	(304.320)	344.142	290.719
Vagões	33,3 anos	3,33%	292.244	(144.271)	147.973	151.004
Via permanente	19,08 anos	10,00%	95.270	-	95.270	8.636
Outros Ativos	10 anos	10,00%	3.695	(40)	3.655	-
			<u>1.182.105</u>	<u>(507.502)</u>	<u>674.603</u>	<u>595.399</u>
Benfeitorias em curso			<u>1.349</u>	<u>-</u>	<u>1.349</u>	<u>3.326</u>
			<u>1.349</u>	<u>-</u>	<u>1.349</u>	<u>3.326</u>
			<u>1.183.454</u>	<u>(507.502)</u>	<u>675.952</u>	<u>598.725</u>

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 543 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 736,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento 35,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo aumento de contas a pagar, devido a: até 31 de dezembro de 2017, as aquisições totalizavam R\$ 339,8 milhões, sendo R\$ 310,7 milhões com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 11/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 29,1 milhões com prazo médio de pagamento de 90 dias (em 2016 a Companhia possuía apenas aquisições com prazo de 90 dias, no montante de R\$ 103,3 milhões).

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 152,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 21,8% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada principalmente pela provisão para processos judiciais e tributos diferidos sobre o lucro.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando aumento de aproximadamente 0,2% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)	AV%		AV%		AH%
	31/12/2017		31/12/2016 (reapresentado)		
Receita líquida de serviços prestados	2.124.532		1.667.362		27,4
Custo dos serviços prestados	<u>(2.024.332)</u>	(95,28)	<u>(1.708.954)</u>	(102,49)	18,5
Lucro (prejuízo) bruto	<u>100.200</u>	4,72	<u>(41.592)</u>	(2,49)	(340,9)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(108)	(0,01)	(114)	(0,01)	(5,3)
Gerais e administrativas	(67.845)	(3,19)	(56.589)	(3,39)	19,9
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(6.746)</u>	(0,32)	<u>48.578</u>	2,91	(113,9)
5	<u>(74.699)</u>	(3,52)	<u>(8.125)</u>	(0,49)	819,4
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	<u>25.501</u>	1,20	<u>(49.717)</u>	(2,98)	(151,3)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado financeiro	(10.902)	(0,51)	16.167	0,97	(167,4)
Despesas financeiras	(37.586)	(1,77)	(22.500)	(1,35)	67,1
Receitas financeiras	5.770	0,27	9.492	0,57	(39,2)
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	20.914	0,98	29.175	1,75	(28,3)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.599	0,69	(33.550)	(2,01)	(143,5)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.224)	(0,34)	7.936	0,48	(191,0)
Tributos correntes	(1.611)	(0,08)	-	0,00	(100,0)
Tributos diferidos	(5.613)	(0,26)	7.936	0,48	(170,7)
Lucro (prejuízo) do exercício	7.375	0,35	(25.614)	(1,54)	(128,8)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia	7.375	0,35	(25.614)	(1,54)	(128,8)
Participação dos não-controladores					
	7.375	0,35	(25.614)	(1,54)	(128,8)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de ações)	0,07		(0,12)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2017, a receita líquida somou R\$ 2,125 bilhões, representando um aumento de 27,4% sobre o mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,667 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 2,024 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 18,5% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,709 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2017 foram despesas com pessoal, material, partilha de frete e alugueis.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 67,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 19,8% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 56,7 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 6,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2017 o que representou uma redução de, aproximadamente, 113,9% em relação ao mesmo período de 2016, quando totalizou R\$ 48,6 milhões positivos.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 49,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 25,5 milhões positivos em 31 de dezembro de 2017. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo aumento da receita líquida conforme evidenciado acima.

Resultado financeiro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 10,9 milhões negativos contra o resultado positivo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 16,2 milhões, representando uma redução de 167,4%. Tal variação se deu basicamente, em razão do aumento das despesas financeiras com o ajuste a valor presente.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um prejuízo de R\$ 33,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 143,5%. Tal variação se deu em razão do aumento da receita líquida do período.

Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício

Em 2017 a empresa apurou um lucro de R\$ 7,4 milhões em 2017, um aumento de R\$ 33 milhões acima do resultado de 2016.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		(reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	7.375	(25.614)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	349.334	296.141
Provisões para perdas e processos judiciais	7.910	(22.926)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(20.914)	(29.176)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Ganho na alienação de ativo imobilizado	(5.770)	13.872
Baixa de ativos	9.139	-
Provisão para baixa de ativos	2.166	-
Receitas diferidas	(1.567)	(1.567)
Ajuste a valor presente	16.819	(6.841)
Despesas com benefícios a empregados	1.607	601
Tributos diferidos sobre lucro	5.613	(7.936)
Despesas financeiras – Leasing	5.645	3.754
	<u>379.182</u>	<u>222.133</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(30.851)	132.225
Estoques	(14.431)	(2.417)
Tributos a recuperar	4.877	40.207
Contas a receber da RFFSA (União)	(294)	877

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas pagas antecipadamente	1.594	7.621
Depósitos judiciais	31.181	(20.238)
Sinistros a recuperar	7.641	2.128
Demais ativos	(2.679)	(4.724)
Fornecedores	(26.821)	73.950
Contas a pagar	236.512	97.848
Tributos a recolher	364	(5.067)
Obrigações sociais e trabalhistas	44.367	(31.640)
Benefícios a empregados	(36)	157
Arrendamento e concessões	(12.179)	4.934
Antecipações de clientes	(8.693)	55.640
Demais passivos	(14.234)	(15.262)
Caixa líquido gerado pelas operações	595.500	558.372
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.561)	(2.680)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	591.939	555.692
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	11.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(535.174)	(634.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(529.404)	(623.044)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	119.978
Pagamentos de leasing	(38.705)	(43.612)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(38.705)	76.366
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.830	9.014
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.217	40.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.047	49.217

Em 2017 a companhia apresentou um aumento de caixa da ordem de R\$ 23,8 milhões em comparação ao ano anterior.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS**

Em milhares de Reais	31/12/2016	31/12/2015
	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	49.217	40.203
Contas a receber	151.569	269.369
Estoques	63.222	55.481
Tributos a recuperar	38.202	105.720
Despesas pagas antecipadamente	22.319	29.941
Sinistros a recuperar	39.927	42.056
Demais ativos	28.519	48.989
	392.975	591.759
Não circulante		
Contas a receber	284.676	291.880
Despesas pagas antecipadamente	15.816	17.640
Depósitos judiciais	253.140	213.023
Tributos a recuperar	48.654	17.644
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	213.051	205.115
Contas a receber da RFFSA (União)	87.230	81.830
Demais ativos	25.194	-
Imobilizado	598.725	837.586
Intangível	3.157.344	2.605.452
	4.683.830	4.270.170
Total do ativo	5.076.805	4.861.929
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	192.581	121.569
Contas a pagar	103.343	5.495
Leasing	33.059	41.246
Obrigações fiscais	16.590	20.721

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações sociais e trabalhistas	61.243	92.883
Arrendamento, concessões a pagar	50.059	45.125
Receitas diferidas	1.567	1.567
Antecipação de clientes	55.640	-
Demais passivos	28.952	44.050
	543.034	372.656
Não circulante		
Leasing	-	31.671
Provisão para processos judiciais	45.079	62.301
Benefícios a empregados	2.020	1.262
Receitas diferidas	25.195	26.762
Demais passivos	-	164
Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	79.978	2.795.893
	152.272	2.918.053
Patrimônio líquido		
Capital social	4.558.859	1.722.966
Prejuízos acumulados	(177.360)	(151.746)
	4.381.499	1.571.220
Total do passivo e patrimônio líquido*	5.076.805	4.861.929

Considerações sobre as principais contas do Ativo***Ativo Circulante***

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 591,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 393,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 33,6% do total do ativo circulante. Tal variação é justificada especialmente pela compensação dos tributos a recuperar e das contas a receber.

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, remuneradas por um percentual médio de 99,73% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	3.707	3.792
Aplicações Financeiras	45.510	36.411
	49.217	40.203

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,270 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4,684 bilhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 9,7% do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 2,605 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,157 bilhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 21,2% do total do intangível. Em decorrência dos investimentos realizados em material rodante e instalações auxiliares/sistemas operacionais.

				31/12/2016	31/12/2015
	Tempo	Taxa média	Custo	Líquido	Líquido

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	<u>estimado de vida útil</u>	<u>anual de amortização</u>	<u>histórico</u>	<u>acumulada</u>		
Direitos de concessão	9,08 anos	4,70%	43.169	(23.218)	19.951	21.999
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.156	(11.126)	8.030	4.099
			62.325	(34.344)	27.981	26.098
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			58	-	58	15
Imóveis	9,08 anos	2,04%	285.145	(42.238)	242.907	236.803
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	9,08 anos	5,00%	115.169	(3.934)	111.235	15.298
Equipamentos autônomos	5 a 9,08 anos	8,83%	22.259	(4.367)	17.892	7.732
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	807	(19)	788	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	6.910	(1.611)	5.299	2.394
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	204	(78)	126	667
Locomotivas	9,08 anos	7,51%	286.076	(125.896)	160.180	74.072
Vagões	9,08 anos	3,00%	266.897	(116.372)	150.525	67.951
Via permanente	9,08 anos	6,27%	3.180.737	(1.177.496)	2.003.241	2.032.597
Outros ativos	9,08 anos	10,00%	695	(450)	245	1.422
			4.164.957	(1.472.461)	2.692.496	2.438.951
Benfeitorias em curso			436.867	-	436.867	140.403
			4.664.149	(1.506.805)	3.157.344	2.605.452

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 837,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 598,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de aproximadamente 28,5%. Essa redução foi decorrente de vagões.

Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2016	31/12/2015
					(reapresentado) Líquido	(reapresentado) Líquido
Imóveis	25 a 40 anos	2,36%	25.095	(7.839)	17.256	21.590
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	5,00%	4.737	(1.590)	3.147	1.095
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,72%	198.949	(87.755)	111.194	137.774
Veículos	3 a 5 anos	20,41%	11.920	(9.076)	2.844	5.143
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.368	(7.480)	9.888	11.570
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	7.853	(7.142)	711	2.898
Locomotivas	12,5 a 25 anos	7,28%	504.618	(213.899)	290.719	297.653
Vagões	33,3 anos	3,00%	205.247	(54.243)	151.004	236.586
Via permanente	19,08 anos	6,61%	24.396	(15.760)	8.636	-
Outros ativos	10 anos	10,00%	-	-	-	42.799
			1.000.183	(404.784)	595.399	757.108
Terrenos			1.142	-	1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			2.502	-	2.502	4.127
Provisão para baixa de ativo			(318)	-	(318)	(318)
Benfeitorias em curso			-	-	-	75.527
			3.326	-	3.326	80.478
			1.003.509	(404.784)	598.725	837.586

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 372,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 543,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 45,7% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo aumento de contas a pagar e fornecedores. Em decorrência do risco sacado,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

maior prazo para pagamento do Diesel.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2,918 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 152,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 94,8% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada basicamente por adiantamentos para futuro aumento de capital, aportados no exercício de 2015.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1,571 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 178,9% do patrimônio líquido. Tal variação é basicamente representada pelo aumento do Capital Social, advindo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), o qual foi aprovado por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 11 de outubro de 2016, na sede social da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia").

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2016</u> (reapresentado)	<u>31/12/2015</u>
Receita líquida de serviços prestados	1.667.362	1.653.189
Custo dos serviços prestados	<u>(1.708.954)</u>	<u>(1.682.461)</u>
Prejuízo bruto	<u>(41.592)</u>	<u>(29.272)</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	(114)	(159)
Gerais e administrativas	(56.589)	(16.359)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>48.578</u>	<u>50.689</u>
	<u>(8.125)</u>	<u>34.171</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	<u>(49.717)</u>	<u>4.899</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>-</u>	<u>395</u>
Resultado financeiro	<u>16.167</u>	<u>25.789</u>
Despesas financeiras	(22.500)	(12.052)
Receitas financeiras	9.492	8.263
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	<u>29.175</u>	<u>29.578</u>
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição social		
Contribuição Social	<u>(33.550)</u>	<u>31.083</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>7.936</u>	<u>(1.929)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	(6.632)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	7.936	4.703
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(25.614)</u>	<u>29.154</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de Ações)	<u>(0,12)</u>	<u>0,14</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2016, a receita líquida somou R\$ 1,667 bilhão, representando um aumento de 0,9% sobre o mesmo período de 2015, no valor de R\$ 1,653 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 1,709 bilhão, o que representou um aumento de, aproximadamente, 1,6% em relação ao mesmo período de 2015, no valor de R\$ 1,682 bilhão.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 56,7 milhões, no mesmo período de 2015 R\$ 16,5 milhões o que representou um aumento de aproximadamente 243,3%. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A e viagens.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 48,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 o que representou uma redução de, aproximadamente, 4,2% em relação ao mesmo período de 2015, quando totalizou R\$ 50,7 milhões. O principal impacto é justificado com base nas multas contratuais, vendas de ativos e da recuperação de despesas que em sua maior parcela refere-se à créditos fiscais extemporâneos.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 4,9 milhões positivos em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 49,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 16,2 milhões contra o resultado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 25,8 milhões, representando uma redução de 37,3%. Tal variação se deu basicamente, em razão do aumento do risco sacado e leasing, houve variação do leasing, que teve início em novembro/2015.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um lucro de R\$ 31,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para um prejuízo de R\$ 33,6 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de aproximadamente 207,9%. Tal variação se deu em razão do impacto da variação das outras receitas (despesas) operacionais líquidas e do resultado financeiro.

Prejuízo Líquido do exercício

Prejuízo de R\$ 25,6 milhões em 2016, R\$ 54,8 milhões ¹²abaixo do resultado de 2015. A crise econômica vivida no Brasil impactou drasticamente as atividades da empresa. Apesar disso, a empresa manteve os seus investimentos programados. Isso pode ser percebido, na elevação dos gastos com manutenção e melhoria da via permanente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Em milhares de Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(reapresentado)	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(25.614)	29.154
Ajustes		
Resultado de equivalência patrimonial		(395)
Depreciação e amortização	296.141	264.375
Provisão para perdas e processos judiciais	(22.926)	(6.735)
Despesas com variação monetária/cambial	(29.176)	(29.578)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	13.872	(31.619)
Receitas diferidas	(1.567)	(317)
Despesas com benefícios a empregados	601	(2.138)
Ajuste a valor presente	(6.841)	(4.291)
Tributos diferidos sobre o lucro	(7.936)	(4.703)
Despesas Financeiras - Leasing	3.754	694
	222.133	216.272
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	132.225	(144.493)
Estoques	(2.417)	2.029
Tributos a recuperar	40.207	(59.619)
Contas a receber da RFFSA (União)	877	-
Despesas pagas antecipadamente	7.621	(2.457)
Depósitos judiciais	(20.238)	(22.131)
Sinistros a recuperar	2.128	(11.409)
Demais ativos	(4.724)	(11.304)
Fornecedores	73.950	(6.871)
Contas a pagar	97.848	5.495
Tributos a recolher	(5.067)	5.063
Obrigações sociais e trabalhistas	(31.640)	14.875
Benefícios a empregados	157	-
Arrendamentos, concessão a pagar	4.934	3.193
Receitas diferidas	-	25.000
Antecipação de clientes	55.640	-
Demais passivos	(15.262)	(719)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	558.372	12.924
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.680)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	555.692	12.924
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	11.712	44.167
Compra de ativo imobilizado e intangível	(634.756)	(414.991)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(623.044)	(370.824)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	119.978	362.000
Pagamentos Leasing	(43.612)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	76.366	362.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.014	4.100
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.203	36.103
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.217	40.203

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2016 a companhia apresentou um aumento de caixa da ordem de R\$ 4,9 milhões em comparação ao ano anterior.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i.) descrição de quaisquer componentes importantes na receita

A receita bruta da Companhia passou de R\$ R\$ 1,966 bilhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2,439 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 24,1% em comparação a 2016.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos granéis agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia são também movimentadas mercadorias diversas, tais como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Em 2017, a receita líquida da FCA aumentou 27% sobre o exercício anterior. O principal fator de sustentação desse crescimento foi a safra de grãos recorde registrada nesse ano.

Agricultura

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja, milho, açúcar. Esse segmento foi influenciado pela expressiva recuperação de safra ocorrida no Brasil entre 2016 e 2017, resultando num crescimento de 23% do volume transportado quando comparado à 2016, para 18 bilhões de TKU. A receita acumulada foi de R\$ 1,33 bilhão. A carteira de fertilizantes, que antes compunha o segmento de Industrializados, foi incluída no segmento de Agricultura em 2017.

Industrializados

O transporte de industrializados também teve uma recuperação em 2017, em função da recuperação econômica do país. Quando desconsideramos a alteração de Segmentos da carteira de Fertilizantes, Industrializados finalizou o ano com crescimento de 12% no volume transportado, concentrados em Calcário, Clinquer e Madeira em Toras. O Segmento finalizou o ano com 3,8 bilhões de TKU transportados A receita total desse segmento em 2017 foi de R\$ 371 milhões.

Siderurgia e Construção

O segmento de Siderurgia e Construção apresentou crescimento de 4 % em 2017, alcançando 2,7 bilhões de TKU. As perdas ocorridas no transporte de insumos para construção foram compensadas pela concentração da produção de nossos clientes em plantas siderúrgicas atendidas pela FCA. A receita desse segmento totalizou R\$ 238 Milhões em 2017. Destacam-se como principais produtos o Minério, Calcário, Ferro Gusa, Cimento, Coque e Aço.

Investimentos

Em 2017, a FCA investiu o valor total de R\$ 518,7 milhões, 20% menor do que em 2016. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, principalmente, pelos custos associados às suas atividades, conforme mencionados no item 10.1(h). A administração da Companhia vem implementando ações visando à melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional, conforme evidenciado no item 10.1(h).

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2017, a receita líquida aumentou 27% sobre o exercício anterior, principalmente em razão do aumento da receita de transporte ferroviário.

Em 2016, a receita líquida aumentou 0,85% sobre o exercício anterior, principalmente em razão do aumento da receita de serviços acessórios.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Os combustíveis são o principal insumo da Companhia, sendo que, em 2017, as despesas com combustíveis representaram aproximadamente 19,8% dos seus custos operacionais ante 19,25% em 2016. O aumento das despesas de combustíveis justifica-se pelo maior volume transportado em 2017 quando comparado com 2016.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS). Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

No ano calendário de 2015 a FCA apurou lucro tributável e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou em abril de 2016 o montante de R\$ 3 milhões que deduzido do saldo nominal restam R\$ 360 milhões. Em dezembro de 2017 a Vale pagou o montante de R\$ 17 milhões. O ajuste a valor presente deste saldo corresponde a R\$ 88 milhões, logo o montante a receber da Vale é de R\$ 255 milhões.

A realização da parcela do ajuste a valor presente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 2.065, (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 6.841).

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas demonstrações contábeis consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A alteração do IFRS 15 aborda o tema de reconhecimento de receitas oriundas de vendas de mercadorias, produtos acabados e prestação de serviços. Esta nova norma não irá gerar impactos sobre as rotinas e procedimentos adotados para registrar e reconhecer receitas de serviços de transportes ferroviários de cargas e, também, para serviços portuários prestados pela FCA, sendo que todos os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas e também para serviços portuários foram avaliados considerando o IFRS 15.

A companhia realizou as análises considerando as 4 fases da metodologia de aplicação:

1 - Identificação do contrato

Para fins de análise e diagnósticos da nova norma sobre receitas, avaliamos de forma abrangente todos os contratos padrões, celebrados para auferir receitas com: transporte ferroviário de cargas, incluindo as cláusulas de penalidades (ToP); estadia de vagões; tráfego mútuo; direitos de passagens; alienação de ativos.

2 - Identificação da obrigação de desempenho

As obrigações de desempenho das atividades operacionais da FCA são alcançadas em um momento específico, ou seja, na origem dos fluxos de transportes consiste na integração dos múltiplos modais, incluindo o carregamento e a descarregamento nos TI terminais. A medição dos serviços ferroviários deverá ser preferencialmente efetuada pelo peso real movimentado, apurado na origem ferroviária, em balança com aferição validada por órgão competente. Deverá considerar sempre um peso mínimo de carregamento para cada tipo de vagão a ser utilizado, se o carregamento do mesmo não for de responsabilidade da FCA.

3 - Determinação do preço da transação

A remuneração dos serviços prestados é efetuada pelo montante fixo definido em contrato, sem significativo componente de financiamento. A contraprestação variável, tais como: em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções e bônus não fazem parte da política ou prática comercial da Companhia.

4 - Alocação do preço da transação

O preço da transação deve ser alocado a diferentes obrigações a cumprir com base no preço de venda individual relativo. Pode ser o preço individual da venda de um bem ou serviço quando vendido separadamente para um cliente em circunstâncias semelhantes ou para clientes semelhantes. Se o preço individual da venda não for observável de forma direta, estime-o considerando todas as informações razoavelmente disponíveis, como condições de mercado, fatores específicos e classe de clientes.

A Companhia concede acessos aos seus clientes para acompanhar, através de sistemas, as movimentações das cargas nos terminais e de todas operações acessórias, considerando as características dos fluxos de transportes, tais como: Local de origem (procedência) x Local de destino x quantidade (Toneladas).

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Considerando as atividades da FCA, a administração analisou e concluiu que a aplicação da referida norma não trará impactos de reconhecimento de receita em consequência não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de financeiros.

Considerando as atividades da FCA a administração analisou os impactos e os instrumentos financeiros não trarão novas implicações relevantes no balanço da companhia.

Relacionado a modelos de provisão para perdas, a nova regra, não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que a inadimplência ou perdas fossem uma possibilidade real.

As provisões para créditos de liquidação dúvida até o fechamento do exercício de 2017 eram constituídas com base em critérios altamente recomendados e nas melhores práticas de mercado.

A companhia deverá adotar estimativas de possíveis perdas de seus recebíveis com base em cenários macroeconômicos futuros. Em uma análise simplificada e comparativa, a princípio, a companhia precisará alterar sua estimativa considerando a matriz de inadimplência histórica de percentual por categoria desde vencidos a vencer e assim calcular sua nova estimativa de provisão para perda. A companhia não espera impactos relevantes relacionado a mudança de critério proposto pelo IFRS 9, devido aos baixos níveis de inadimplência da FCA, por ter o mesmo o seu negócio integralmente desenvolvido dentro do Mercado Brasileiro, que sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e que não existem componentes de financiamentos nos contratos comerciais.

A FCA optou por utilizar uma abordagem simplificada para mensurar as perdas de créditos esperadas sobre a sua carteira de recebíveis.

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda.

A partir de 2018 é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço.

Diferentemente da IAS 39, que dividia os ativos financeiros em 4 categorias (empréstimos e recebíveis, ativos financeiros ao valor justo através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento) e os passivos financeiros em 2 categorias (valor justo através dos resultados e outros passivos financeiros), a IFRS 9 cria apenas 2 categorias para instrumentos financeiros: Ativos financeiros ao valor justo (por meio do Resultado ou do PL) e ativos financeiros ao custo amortizado. Tanto o modelo de negócios da entidade como as características do instrumento financeiro definirão a categoria mais apropriada para cada caso.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem principalmente, Caixa e Equivalentes, Contas a Receber, Contas a Pagar e Arrendamento e Concessão, caracterizados como Instrumentos Financeiros, sendo todos com mínima exposição a juros e caso tivesse seria melhor classificado pelo valor justo ao resultado. Assim atendendo ao especificado no IFRS 9, ativos ou passivos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado são, em sua maioria, ativos e passivos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto.

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A norma é efetiva para os períodos anuais com início em ou após de 1 de Janeiro de 2019.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A norma contábil estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A FCA deverá aplicar esta norma de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares. A FCA pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1 de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

Todos os contratos de arrendamentos serão reconhecidos no balanço; Ativos Direitos de Uso passarão a ser reconhecidos; Passivos de arrendamentos registrados; e registros das operações idênticos às compras financiadas de um ativo.

Os principais contratos de arrendamento da companhia são: vagões e locomotivas, terminais integradores, projetos de renovação de locomotivas, contratos de concessão de transporte de cargas.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos por não ter ocorrido mudanças significativas de práticas contábeis.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Efeitos da resolução 4.131 - ANTT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da desativação e devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Transações relevantes com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4.9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- iii. Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iv. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis

Concessão

1

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e

10.5 - Políticas contábeis críticas

orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Vide item 10.6, acima.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2017, a FCA investiu o valor total de R\$ 518,7 milhões, 20% menor do que em 2016. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

Em 2018, com base nas premissas orçamentárias da Companhia, serão investidos, aproximadamente, R\$ 440 milhões (capital), R\$ 455,7 milhões (corrente) os quais serão aplicados na manutenção e melhorias da via permanente, na modernização de locomotivas e vagões, na construção e ampliação de pátios de cruzamento de trens e na manutenção e melhoria de oficinas e postos de abastecimento.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia e de aportes das controladoras.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2017, não havia desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data desta Proposta de Administração, pesquisas em andamento já divulgadas.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,7 milhões.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Para 2018 estão previstos R\$ 6,48 milhões de investimentos em Pesquisa e desenvolvimento.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10.8 - Plano de Negócios

Em 2017 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,7 milhões.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2017, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia optou por não divulgar projeções e estimativas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções e estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Atribuições de cada órgão e comitê da Companhia

Apresentamos, abaixo, as principais atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

a. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiado da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, e seus respectivos suplentes, com mandato de 3 anos. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes (também cinco).

Adicionalmente, o parágrafo 2º do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia determina que um dos membros de seu Conselho de Administração seja eleito em votação em separado, por indicação de seus empregados, reunidos ou não em condomínio, sociedade ou clube de investidores, independente de sua participação no capital social.

Sem prejuízo das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as competências do Conselho de Administração da Companhia, conforme determinado por seu Estatuto Social, são as seguintes:

- a) eleger e destituir os Diretores da Companhia, indicando, por proposta do Diretor-Presidente, aquele que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores;
- b) deliberar sobre a proposta do Diretor-Presidente sobre as áreas de atuação dos demais Diretores;
- c) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais de comercialização, gestão administrativa de pessoal e financeira, de aplicação de incentivos fiscais e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas;
- d) aprovar planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;
- e) autorizar contribuições da Companhia para associações de empregados, fundos de previdência, entidades assistenciais ou recreativas;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- g) convocar a Assembleia Geral;
- h) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- i) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;
- j) autorizar a negociação pela Companhia de ações de sua própria emissão, e a emissão, conversão, resgate antecipado e demais condições de debêntures, conversíveis ou não, "commercial papers", bônus e demais títulos destinados à distribuição primária ou secundária em mercado de capitais;
- k) escolher e destituir os auditores independentes;
- l) autorizar a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia, em uma ou mais operações sucessivas no curso de 12 (doze) meses consecutivos, de valor agregado superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido atualizado;
- m) fixar as condições gerais de celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores ou sociedades controladas ou controladoras de seus acionistas controladores, qualquer que seja o valor, ou autorizar a celebração dos contratos que não atendam a estas condições;
- n) autorizar operações financeiras e comerciais ativas e passivas de valor superior ao que for determinado em resolução do próprio Conselho de Administração;
- o) autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito;
- p) autorizar atos que importem em outorga de garantias em processos judiciais e administrativos em favor de terceiros em valor superior a R\$ 9.341.500,00 (nove milhões, trezentos e quarenta e um mil e quinhentos reais) ou que importem em renúncia de direitos em valor superior a R\$ 4.670.750,00 (quatro milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e cinquenta reais);
- q) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- r) deliberar sobre a constituição de sociedades ou a participação da Companhia em outras entidades, bem como sobre quaisquer participações ou investimentos em negócios estranhos ao objeto social, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;
- s) aprovar a alienação, arrendamento ou outra forma de disposição dos direitos de Concessão da Companhia;
- t) deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia, salvo nos casos de paralisação para manutenção em seus equipamentos rodantes;
- u) avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- v) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo Estatuto Social da Companhia; e
- w) resolver os casos omissos no Estatuto Social da Companhia e exercer outras atribuições que a lei ou o Estatuto Social não confiram a outro órgão da Companhia.

b. Diretoria

A Diretoria é o órgão responsável pela gestão permanente dos negócios da Companhia e pela execução das deliberações tomadas pelo seu Conselho de Administração.

Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, eleitos para um mandato de 2 anos, sendo um deles designado como Diretor-Presidente e os demais com a designação que lhes for atribuída pelo Conselho de Administração, por proposta de seu Diretor-Presidente. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 5 (cinco) diretores.

Sem prejuízo das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as competências da Diretoria, conforme determinadas pelo Estatuto Social da Companhia, são as seguintes:

- a) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia, bem como definir as atribuições das várias unidades da mesma;
- b) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- c) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia;
- d) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento;
- e) submeter ao Conselho de Administração o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia;
- f) submeter ao Conselho de Administração as normas relativas às contratações;
- g) submeter à prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração as operações relativas a investimentos e financiamentos, no país ou no exterior;
- h) reparar e propor ao Conselho de Administração os atos que sejam da competência deste e os que deva submeter à Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- i) elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos a apresentar a Assembleia Geral;
- j) decidir sobre a abertura, transferência ou encerramento de escritório, filiais, dependências ou outros estabelecimentos da Companhia;
- k) aprovar as instruções a serem dadas aos representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das sociedades em que detenha participação acionária; e
- l) exercer as demais atribuições previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais:

Compete ao Diretor Presidente: (i) exercer a direção da Companhia, coordenando as atividades dos Diretores; (ii) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação e a designação de cada Diretor; (iii) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, estabelecendo-lhe a ordem do dia e dirigindo os respectivos trabalhos; (v) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, inclusive em suas relações com o governo e entidades privadas; (vi) propor à aprovação da Diretoria a estrutura básica da Companhia e as atribuições das várias unidades da mesma; (vii) supervisionar, com a colaboração dos demais Diretores, as atividades de todas as unidades da Companhia; (viii) indicar, para aprovação da Diretoria, os representantes da Companhia nas entidades e nas sociedades e associações das quais a Companhia participe; e (ix) exercer as demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

Compete aos demais Diretores: (i) exercer os poderes e as atribuições que lhes foram conferidas pela lei, pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente, cumprindo os objetivos, planos e políticas traçados em relação à sua área de atuação específica; e (ii) supervisionar as unidades da Companhia incluídas em sua área de atuação específica, colaborando com o Diretor-Presidente quanto à supervisão das demais unidades.

c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente, possuindo as atribuições e poderes que a lei lhe confere e, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a sua reeleição.

Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia não se encontra instalado e não foram criados quaisquer comitês.

Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Em 31 de dezembro de 2017, não havia avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Para a Diretoria, assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o atendimento de metas operacionais e financeiras, além do seu desempenho individual.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia disciplina a divulgação de informações que, por sua natureza, possam gerar ato ou fato relevante e tem por finalidade propiciar a formação e consolidação da imagem da Companhia junto ao mercado de capitais, através da adoção das melhores práticas de governança corporativa.

De acordo com a legislação aplicável, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia (aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2002 e disponível ao público no website da CVM), são considerados atos ou fatos relevantes qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de Administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável:

- (i) na cotação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados que venham a ser negociados no mercado de valores mobiliários no Brasil ou no exterior;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários; e
- (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

O acesso às informações de caráter societário e de fatos relevantes é garantido a todos os acionistas da Companhia, à imprensa e ao mercado em geral, em conformidade com as exigências legais e demais exigências impostas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores do Brasil e do exterior, quando aplicáveis, e sempre se revestem de objetividade, confiabilidade e tempestividade.

A divulgação deverá se dar mediante publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação do website da Companhia ("<http://www.vli-logistica.com.br/fcasa>"), onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A divulgação de fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nos respectivos mercados onde as ações da Companhia são negociadas.

Caso seja imperativa a divulgação de fato relevante durante as negociações, o Diretor responsável pelas funções de Relações com Investidores poderá solicitar a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia pelo tempo necessário a adequada disseminação da informação.

Internamente, o acesso a informações sobre ato ou fato relevante da Companhia, antes da divulgação ao mercado, é limitado aos profissionais diretamente envolvidos com o assunto em pauta, até o momento mais oportuno a sua divulgação e o sigilo é garantido através da limitação de acesso as informações, celebração de acordos de confidencialidade e inclusão de cláusulas de confidencialidade e penalidades pelo seu descumprimento em contratos materiais celebrados pela Companhia.

É dever dos acionistas controladores e Administradores da Companhia, bem como de todos os seus funcionários guardar sigilo das informações relativas a fato relevante às quais tenham

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua efetiva divulgação ao mercado, e zelar para que seus subordinados e/ou quaisquer terceiros de sua confiança também o façam.

Os acionistas controladores e administradores deverão comunicar qualquer fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor responsável pela área de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação.

Atos ou fatos relevantes poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação coloca em risco interesse legítimo da Companhia.

Entretanto, na hipótese de a administração da Companhia decidir pela guarda e o sigilo de informação relativa a ato ou fato relevante, e esta escapar ao seu controle, o Diretor responsável pelas funções de Relações com Investidores da Companhia deverá divulgar, imediatamente, aquela informação por meio de aviso de fato relevante.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias.

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada quatro meses em datas a serem estabelecidas na primeira reunião anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a quem cabe fixar a respectiva ordem do dia. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 08 (oito) dias, e os documentos que suportarem a ordem do dia, tanto para as reuniões ordinárias como para as extraordinárias, deverão ser encaminhados com uma antecedência de 05 (cinco) dias.

Atas de reuniões do conselho de administração, desde que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, são publicadas na CVM e levadas à registro nos órgãos competentes.

Durante o exercício de 2017, foram realizadas 4 reuniões do conselho de administração que possuem efeito contra terceiros e que se encontram disponibilizadas na CVM, sendo todas reuniões ordinárias.

Também foram realizadas 4 reuniões do conselho de administração que não possuem deliberações com efeitos contra terceiros, sendo 3 ordinárias e 1 extraordinária.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho;

A companhia não possui acordo de acionistas, e, em seu estatuto social, não há restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é vedado aos administradores da Companhia votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou intervir em operações sociais nas quais tenham interesse conflitante com o da Companhia, cumprindo-lhes declarar o seu impedimento e fazer consignar em ata a natureza e extensão do seu interesse.

Adicionalmente, a identificação e administração de conflitos de interesses no âmbito da Companhia é feito por meio de uma política formal de transações entre partes relacionadas adotada pela Companhia e demais empresas do grupo. As transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado, os benefícios objetivados pela Companhia e pela Parte Relacionada, os direitos e obrigações de cada parte decorrentes da transação, os valores envolvidos na transação tais como volumes, preços, custos, multas e outros. A comparação destes critérios com as condições praticadas em transações similares de mercado (*fairness test*) ou, na impossibilidade dessa comparação, seja

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

por inexistência de transação real comparável ou por sigilo das condições de uma transação comparável, com uma transação hipotética (*arms-length bargain comparisson*).

A proposta de realização da transação envolvendo partes relacionadas será analisada inicialmente somente pelos representantes do Comitê de Monitoramento da controladora indireta da Companhia que representam as partes não relacionadas. Esses indicarão, por unanimidade e em boa-fé, se a parte relacionada está participando da operação sob análise poderá ter acesso à proposta de deliberação formulada pela diretoria e que será submetida à apreciação do órgão colegiado competente pela análise da operação e deliberação sobre a outorga de autorização para a sua realização, bem como se poderá participar do processo de análise da matéria.

Em qualquer hipótese, independentemente de terem recebido tido acesso à proposta de deliberação e/ou aos materiais utilizados pela administração na preparação de tal proposta, e/ou terem sido convidados para participar de reunião ou discussão da matéria, os Conselheiros e/ou membros de Comitê de Monitoramento da controladora indireta da Companhia que forem caracterizados como Parte Relacionada não participarão da deliberação ou recomendação acerca da matéria em questão.

Para maior detalhamento sobre esse procedimento, pedimos a gentileza de consultar o item 16.1 deste formulário.

Em relação a outras situações que possam implicar em conflitos de interesse e que não estão ligadas a transações com partes relacionadas, além da própria manifestação do administrador ou do acionista, que é imposta por força de lei, a Companhia providencia treinamentos com os membros do Conselho de Administração no momento de sua posse, mostrando a eles exemplos de situações que podem implicar em conflitos de interesses, o dever de se manifestar em situações como essas, conforme previsto em lei, a conduta a ser adotada nesses casos, a responsabilidade e os deveres dos administradores e acionistas previstas na lei, bem como as consequências de uma deliberação tomada da Companhia sem a observância dessas regras. Além disso, todos os empregados da Companhia, suas controladoras e afiliadas, estão sujeitos ao Código de Conduta Ética, que prevê regras a serem seguidas em situações que possam gerar conflitos de interesses, vinculando sua atuação e responsabilizando o empregado que, eventualmente, agir em desacordo com as regras previstas no citado Código.

a. Política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada

A Companhia não possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não há cláusula compromissória inserida no estatuto social da Companhia para resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marcello Magistrini Spinelli	23/11/1973	Pertence apenas à Diretoria	07/06/2017	30/04/2019	6
197.378.918-30	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	07/06/2017	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Silvana Alcantara de Oliveira de Souza	17/06/1971	Pertence apenas à Diretoria	07/06/2017	30/04/2019	5
134.151.178-20	Advogada	19 - Outros Diretores	07/06/2017	Sim	0.00%
Não há.		Diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório			
Fabiano Bodanezi Lorenzi	21/11/1972	Pertence apenas à Diretoria	07/06/2017	30/04/2019	5
690.956.980-68	Arquiteto	19 - Outros Diretores	07/06/2017	Sim	0.00%
Não há.		Diretor Comercial			
Marcus Vinicius de Faria Penteado	23/12/1976	Pertence apenas à Diretoria	07/06/2017	30/04/2019	5
078.325.177-78	Engenheiro Mecânico	12 - Diretor de Relações com Investidores	07/06/2017	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Pedro de Campos Azevedo	08/01/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	2
213.571.608-10	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	86.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Daniel Pimentel Custódio Novo	31/03/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	2
279.634.658-79	Engenheiro Naval	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	50.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Agnaldo Francisco da Silva	12/02/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/02/2020	0
035.170.876-61	Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Não	0.00%
Valter Alcebiades da Silva	26/10/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	0
031.511.226-39	Técnico em Eletroeletrônica	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Não	0.00%
Fabricio Rezende de Oliveira	20/09/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	0
076.569.617-71	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Milton Nassau Ribeiro	14/05/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	2
953.859.086-49	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Rute Melo Araújo Galhardo	10/07/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	2
192.181.808-51	Engenheira de Materiais	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
GUSTAVO SERRÃO CHAVES	24/09/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	2
051.508.247-39	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018	Sim	0.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto	26/08/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2018	27/04/2020	2
012.454.106-28	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018	Sim	50.00%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Rodrigo Saba Ruggiero	28/04/1972	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	30/04/2019 para Diretoria e 27.04.2020 para Conselho de Administração	5
160.655.238-44	Engenheiro Mecânico	39 - Outros Conselheiros / Diretores	27/04/2018	Sim	0.00%
Pertence também ao Conselho de Administração, ressalvado que o mandato no conselho de administração é de 27.04.2018 a 27.04.2020		Diretor de Operações e Presidente do Conselho de Administração			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Marcello Magistrini Spinelli - 197.378.918-30

O Sr. Marcello Spinelli é o atual Diretor Presidente da Companhia. Ingressou na Vale S.A., companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A, em maio de 2002, como Gerente Geral Comercial Intermodal. No período de junho de 2002 a abril de 2005, assumiu a Gerência Geral de Operações Portuárias, e, posteriormente, de abril de 2005 a março de 2007, assumiu a posição de Diretor Presidente do Terminal de Vila Velha S.A. Também foi Presidente do Conselho da Associação de Nacional dos Transportes Ferroviários- ANTF. De 1999 a 2000, atuou na Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, companhia aberta que atua na produção e comércio de bebidas, como Especialista de Planejamento de 2000 a 2002; e na Submarino S.A., companhia que atua no comércio varejista e atacadista em geral, como Gerente de Logística e Operação. Em abril de 2007 assumiu os cargos de Diretor na área de Logística da Vale S.A., função que exerceu em conjunto com o cargo de Diretor Presidente da FCA – Ferrovia Centro-Atlântica. Foi eleito pela primeira vez como Diretor Presidente da VLI S/A, controladora indireta da FCA, na sua constituição, em agosto de 2010, cargo que também ocupa hoje. É graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP), possui Curso de Extensão em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Liderança para Resultados pela Fundação Dom Cabral, Senior Leadership Program pela MIT Sloan (Institute of Technology) e Skills, Tools and Competencies pela KELLOGG School of Management/ FDC- Fundação Dom Cabral. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Silvana Alcântara de Oliveira de Souza - 134.151.178-20

Silvana Alcântara de Oliveira. A Sra. Silvana Alcântara é a atual Diretora de Desenvolvimento de Negócios da Companhia, sendo eleita para tal função desde 10 de julho de 2009. No período de 1995 a 1998, atuou na área jurídica do Unibanco, instituição financeira, tendo atuado de 1998 a 1999 na Alcântara & Morgado Advogados Associados. De 1999 a 2000, atuou na América Latina Logística S.A. (ALL), companhia aberta que atua no setor de logística, na área de patrimônio, comunicação, meio ambiente e segurança do trabalho, tendo iniciado sua carreira na Companhia como Coordenadora, em agosto de 2003. Posteriormente, assumiu posições de Gerente Geral de Arrendamento, Concessões e Administração de Vendas, Gerente Geral de Temas Institucionais e, desde junho de 2009, é Gerente Geral de Marketing, Desenvolvimento de Negócios e Regulatório da Logística. Graduada em Direito pela Universidade Paulista (UNIP), MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e MBA em Logística pela Coppead/ UFRJ. Na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Fabiano Bodanezi Lorenzi - 690.956.980-68

Fabiano Bodanezi Lorenzi. O Sr. Fabiano Lorenzi é o atual Diretor Comercial da Companhia, sendo eleito para tal função desde 15 de janeiro de 2009. De 1998 a 2002, atuou como Coordenador de Vendas na ALL- América Latina Logística S.A., companhia aberta que atua no setor de logística; e, de 2007 a 2008, como Gerente Comercial de Navegação Costeira na Log-In Logística Intermodal, companhia aberta do ramo de logística. Ingressou na Companhia em agosto de 2002 como Técnico de Comercialização Sênior, tendo assumido a Gerência Geral Comercial da Companhia. É Arquiteto formado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Pós Graduação em Gestão na Fundação Dom Cabral (FDC). Na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Marcus Vinicius de Faria Penteado - 078.325.177-78

Marcus Vinicius de Faria Penteado. O Sr. Marcus Vinicius de Faria Penteado é o atual Diretor Financeiro da Companhia, sendo eleito para tal função desde 15 de janeiro de 2009. Possui mais de 15 anos de experiência no setor de Logística e está na Companhia desde 2002, onde assumiu diversas posições, tais como Gerente de Cabotagem, Gerente de Operação Portuária e Engenharia, Gerente Geral do Núcleo Comercial, Gerente Geral Marketing, Desenvolvimento de Negócios, Administração de Vendas e Financeiro da Companhia. Atuou em outras Companhias abertas, tais como a Companhia de Bebidas da América- AMBEV, companhia que atua na produção e comércio de bebidas, como Especialista de Planejamento, no período de 1999 a 2000; e o Unibanco, instituição financeira, como Gerente de Marketing, no período de 2000 a 2002. É graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui MBA em Gestão na Fundação Dom Cabral (FDC). Na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Pedro de Campos Azevedo - 213.571.608-10

O Sr. Azevedo ingressou na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia - em 2004 como Analista de Mercado Sênior e hoje atua como Gerente de Estratégia do Grupo VLI, além de ser membro do conselho de administração da Ferrovia Norte Sul S.A., companhia aberta cujo controle é detido pela VLI Multimodal S.A. – controladora direta da Companhia. Trabalhou também na Log-In Logística Intermodal S.A., companhia aberta que atua no setor de logística, como Gerente de Planejamento Estratégico e posteriormente representou a Vale S.A., companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A, no Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S.A. Possui ainda experiência de dois anos e meio como Gerente de Fusões e Aquisições da AmBev, companhia aberta que atua no setor de bebidas. É formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e possui um MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Daniel Pimentel Custódio Novo - 279.634.658-79

O Sr. Daniel Pimentel Custódio Novo ocupa o cargo de Gerente de Transformação Digital desde fevereiro de 2018, já passando pela gerência de projetos financeiros, tesouraria e Administrativo e Financeiro da VLI Multimodal S.A. - sociedade que detém o controle direto da Companhia - e possui quatorze anos de carreira sendo os últimos anos em posição de liderança nas áreas administrativa/financeira, planejamento estratégico, gestão de contratos e produtividade operacional com foco no resultado e desenvolvimento de novos projetos. Ingressou na Vale S.A., companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A, como Engenheiro de Operações Portuárias e Terminais de Carga Geral em agosto de 2005. Antes de ingressar na Vale S.A., atuou como Gerente de Projetos, Engenheiro de Projetos Logísticos e Engenheiro de Software Trainee. O Sr. Daniel Pimentel Custódio Novo não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que o Sr. Daniel foi, nesta data, indicado para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Norte Sul S/A. A assembleia geral de acionistas da Ferrovia Norte Sul S/A que deliberou pela eleição do Sr. Daniel foi realizada no dia 16 de outubro de 2015. Adicionalmente, o Sr. Daniel graduou-se em engenharia Naval com ênfase em Transportes pela Escola Politécnica da USP em 2000, onde também defendeu sua tese de Mestrado em Sistemas Logísticos. Possui especializações pela FGV, em Liderança com foco em Gestão Estratégica; pelo IMD Business School, em Mastering Leadership Program; e pela Fundação Dom Cabral, onde cursou o MBA – Gestão Empresarial. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Agnaldo Francisco da Silva - 035.170.876-61

O Sr. Agnaldo Francisco da Silva é candidato a membro titular do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido indicado ao cargo pelos empregados da Companhia por meio de processo eleitoral conduzido e apurado na forma exigida pelo poder concedente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. Iniciou sua carreira na Ferrovia Centro Atlântica em 15/08/2008 na função de Técnico em Eletroeletrônica I e atualmente, ocupa o cargo de Eletricista de Locomotivas. O Sr. Agnaldo Francisco da Silva não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Valter Alcebiades da Silva - 031.511.226-39

O Sr. Valter Alcebiades da Silva é candidato a membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido indicado ao cargo pelos empregados da Companhia por meio de processo eleitoral conduzido e apurado na forma exigida pelo poder concedente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. Iniciou sua carreira na Ferrovia Centro Atlântica S.A em 02 de fevereiro de 2011 e atualmente é Técnico em Eletroeletrônica. O Sr. Valter Alcebiades da Silva não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Fabricio Rezende de Oliveira - 076.569.617-71

O Sr. Fabricio ingressou na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia - em 2011 como Gerente geral de Operação Ferroviária e hoje atua como Diretor de Portos e Terminais do Grupo VLI, além de ser membro do conselho de administração da Ferrovia Norte Sul S.A., companhia aberta cujo controle é detido pela VLI Multimodal S.A. – controladora direta da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Ouro Preto e, na Fundação Dom Cabral, concluiu o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade

Milton Nassau Ribeiro - 953.859.086-49

O Sr. Milton Nassau Ribeiro ocupou desde abril de 2011 o cargo de Consultor Geral da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia –, sendo responsável pelas áreas jurídica, fiscal, compliance e de governança corporativa. Trabalhou anteriormente na CSN – uma companhia aberta que atua no setor siderúrgico – e na Vale – companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A –, tendo também sido International Associate do escritório White & Case, nos Estados Unidos. O Sr. Milton Nassau Ribeiro não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que o Sr. Milton foi, nesta data, indicado para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Norte Sul S/A. A assembleia geral de acionistas da Ferrovia Norte Sul S/A que deliberará pela eleição do Sr. Milton foi convocada para o dia 16 de outubro de 2015. Adicionalmente, o Sr. Milton é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos. Possui especializações pela Kellogg School of Management, em Chicago, Estados Unidos (Skills, Tools and Competencies Program); pelo IMD, em Lausanne, Suíça (Mastering Leadership Program); pelo MIT, em Cambridge, Estados Unidos (Transformational Leadership Program); e pela Fundação Dom Cabral (Programa de Finanças Corporativas) e é professor do MBA Executivo e do LLM Corporativo do IBMEC/MG. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Rute Melo Araújo Galhardo - 192.181.808-51

A Sra. Rute Melo Araújo Galhardo atualmente ocupa o cargo de Diretora de Gente e Serviços. Ela juntou-se ao time da VLI Multimodal S.A. - sociedade que detém o controle direto da Companhia -, em janeiro de 2011 como responsável pela área de recursos humanos, para estruturar e implantar, em todas as disciplinas da área, os processos almejados pela VLI S.A. – sociedade que detém o controle da Companhia – e pelas sociedades por ele controladas (“Grupo VLI”), com foco na criação da cultura do Grupo VLI, no desenvolvimento da liderança e no suporte estratégico ao negócio. A Sra. Rute não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que a Sra. Rute foi, nesta data, indicada para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Norte Sul S/A. A assembleia geral de acionistas da Ferrovia Norte Sul S/A que deliberará pela eleição da Sra. Rute foi convocada para do dia 16 de outubro de 2015. Adicionalmente, a Sra. Rute possui mais de 14 (catorze) anos de experiência no ramo, adquirida em empresas como a Whirpool Latin America S.A., onde atuou como Gerente de Recursos Humanos (2007/2011), Gerente de Serviços – Atendimento ao Consumidor e Revenda e Call Center (2006/ 2007), e como Especialista Sênior de Recursos Humanos (2004/2006); e a Ambev – Cia de Bebidas das Américas, onde atuou como Gerente de Gente & Gestão Jundiaí e Paulínea (2001/2004). Graduou-se em Engenharia de Materiais pela Universidade Mackenzie, e, na Fundação Getúlio Vargas, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que a tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

GUSTAVO SERRÃO CHAVES - 051.508.247-39

O Sr. Gustavo Serrão Chaves ingressou na Vale S.A., companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A, em julho de 2005 e na Companhia ingressou em 2010, tendo exercido o cargo de Gerente Geral de Manutenção. Em 2013 passou a exercer o cargo de Gerente Geral dos Corredores Minas-Rio e Centro-Leste na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia – e membro do Conselho de Administração da Ultrafértil, de 2014 até o momento. Atualmente exerce também o cargo de Diretor da VLI S.A. e de sociedades por ela controladas, incluindo a Diretoria da VLI Multimodal S/A – controladora direta da Companhia, sendo o responsável pelas operações portuárias e terminais terrestres das companhias onde atua. O Sr. Gustavo Serrão Chaves não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Adicionalmente, o Sr. Gustavo graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e possui especializações pela Fundação Dom Cabral (MBA) e pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT Sloan, onde cursou o Senior Leadership Program, em 2012. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto - 012.454.106-28

O Sr. Angelo Stradioto exerce atualmente o cargo de Gerente de Relacionamento com Acionistas e Planejamento Financeiro na VLI S.A. (sociedade que detém o controle indireto da Companhia). Anteriormente ocupou os cargos de Controller, Gerente de Gestão e Desempenho, dentre outros. Ingressou na VLI S.A. e na Vale S.A., companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da VLI S/A, em outubro de 2008, onde exerceu as funções de Analista de Mercado Sênior e Gerente de Desenvolvimento de Novos Negócios. Trabalhou também no Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A (Falconi Consultores de Resultados), onde atuou como Consultor Sênior na área de Consultoria em Gestão Empresarial. O Sr. Angelo Stradioto não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Graduou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; concluiu em 2004 o curso Introduction to Business Administration, na Simon Fraser University, em Vancouver, no Canadá; e, na Fundação Dom Cabral, especializou-se em gestão com ênfase em Finanças e cursou o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Rodrigo Saba Ruggiero - 160.655.238-44

O Sr. Rodrigo Ruggiero ingressou na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia - em 2011 como Diretor de Operações Ferroviárias e Planejamento e hoje atua como Diretor de Integração e Planejamento do Grupo VLI, além de ser membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S.A., companhia aberta cujo controle é detido pela VLI Multimodal S.A.– controladora direta da Companhia. Graduou-se em Engenharia pela Universidade de São Paulo e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Antes de ingressar na VLI., atuou como Gerente de Pátios e Terminais da VALE e Coordenador de Manutenção Fabril. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês a informar.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há dados a informar.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor**

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor Presidente

197.378.918-30

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada**Observação**

Marcello Magistrini Spinelli também é Diretor Presidente da VLI S.A., conforme formulário específico preenchido.

Administrador do Emissor

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor Comercial

690.956.980-68

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada**Observação**

Fabiano Lorenzi também é Diretor Comercial na VLI S.A., conforme formulário específico.

Administrador do Emissor

Marcello Magistrini Spinelli
Diretor Presidente

197.378.918-30

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

VLI Multimodal S.A.

42.276.907/0001-28

Observação

Marcello Magistrini Spinelli também é Diretor Presidente da VLI Multimodal S.A., conforme formulário específico preenchido.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabiano Bodanezi Lorenzi Diretor Comercial	690.956.980-68	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
<u>Observação</u>			
Fabiano Bodanezi também é diretor na VLI Multimodal., conforme formulário específico			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcus Vinícius de Faria Penteadó Diretor Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores	078.325.177-78	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
<u>Observação</u>			
Marcus Vinícius Penteadó também é diretor na VLI Multimodal conforme formulário específico enviado			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcus Vinícius de Faria Penteadó Diretor Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores	078.325.177-78	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VLI S.A.	12.563.794/0001-80		
<u>Observação</u>			
Marcus Vinícius Penteadó também é diretor na VLI S.A. conforme formulário específico			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rodrigo Saba Ruggiero	160.655.238-44	Subordinação	Controlada Indireta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Planejamento			
Pessoa Relacionada			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
Observação			
Rodrigo Saba também é diretor na VLI Multimodal, conforme formulário específico enviado			

Administrador do Emissor			
Rodrigo Saba Ruggiero	160.655.238-44	Subordinação	Controlador Direto
Diretor de Planejamento			
Pessoa Relacionada			
VLI S.A.	12.563.794/0001-80		
Observação			
Rodrigo Ruggiero também é diretor na VLI S.A. conforme formulário específico			

Administrador do Emissor			
Silvana Alcantara de Oliveira de Souza	134.151.178-20	Subordinação	Controlada Indireta
Diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório			
Pessoa Relacionada			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
Observação			
Silvana também é diretora na VLI Multimodal			

Administrador do Emissor			
Pedro de Campos Azevedo	213.571.608-10	Subordinação	Controlador Direto
Membro Suplente do conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
Observação Pedro Azevedo ocupa cargo de Gerente Geral na VLI Multimodal			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Daniel Pimentel Custódio Novo Membro suplente do Conselho de Administração	279.634.658-79	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
Observação Daniel Novo é Gerente Geral na VLI Multimodal			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Milton Nassau Ribeiro Membro suplente do Conselho de Administração	953.859.086-49	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
Observação Milton Nassau é diretor na VLI Multimodal			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Rute Melo Araújo Galhardo Membro titular do Conselho de Administração	192.181.808-51	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Rute Galhardo é diretora na VLI Multimodal			

Administrador do Emissor			
Fabricio Rezende de Oliveira	076.569.617-71	Subordinação	Controlador Direto
Membro titular do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
Observação			
Fabricio Rezende é diretor na VLI Multimodal			

Administrador do Emissor			
GUSTAVO SERRÃO CHAVES	051.508.247-39	Subordinação	Controlador Indireto
Membro titular do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
VLI Multimodal S.A.	42.276.907/0001-28		
Observação			
Gustavo Serrao é diretor na VLI Multimodal			

Administrador do Emissor			
GUSTAVO SERRÃO CHAVES	051.508.247-39	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
VLI S.A.	12.563.794/0001-80		
Observação			
Gustavo Serrao é diretor na VLI S.A.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto Membro suplente do Conselho de Administração	012.454.106-28	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcus Vinicius de Faria Penteadó Diretor Financeiro	078.325.177-78	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabiano Bodanezi Lorenzi Diretor Comercial	690.956.980-68	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Pedro de Campos Azevedo Membro Suplente do conselho de Administração	213.571.608-10	Subordinação	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa RelacionadaObservação

Pedro Azevedo passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Administrador do Emissor

Daniel Pimentel Custódio Novo	279.634.658-79	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			

Pessoa RelacionadaObservação

Daniel Novo passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Administrador do Emissor

Milton Nassau Ribeiro	953.859.086-49	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			

Pessoa RelacionadaObservação

Milton Nassau passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Administrador do Emissor

Rute Melo Araújo Galhardo	192.181.808-51	Subordinação	Controlador Indireto
Membro titular do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Pessoa RelacionadaObservação

Rute Galhardo passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Exercício Social 31/12/2016Administrador do Emissor

Marcello Magistrini Spinelli Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	197.378.918-30	Subordinação	Controlador Indireto
--	----------------	--------------	----------------------

Pessoa RelacionadaObservação

Marcello Magistrini Spinelli também é Diretor Presidente da VLI Multimodal S.A., conforme formulário específico preenchido.

Administrador do Emissor

Fabiano Bodanezi Lorenzi Diretor Comercial	690.956.980-68	Subordinação	Controlador Indireto
---	----------------	--------------	----------------------

Pessoa RelacionadaObservação

Fabiano Bodanezi também é diretor na VLI Multimodal., conforme formulário específico.

Administrador do Emissor

Marcus Vinícius de Faria Penteadó	078.325.177-78	Subordinação	Controlador Indireto
-----------------------------------	----------------	--------------	----------------------

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores

Pessoa RelacionadaObservação

Marcus Vinícius Penteado também é diretor na VLI Multimodal conforme formulário específico enviado

Administrador do Emissor

Marcus Vinícius de Faria Penteado

078.325.177-78

Subordinação

Controlador Direto

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores

Pessoa RelacionadaObservação

Marcus Vinícius Penteado também é diretor na VLI S.A. conforme formulário específico

Administrador do Emissor

Rodrigo Saba Ruggiero

160.655.238-44

Subordinação

Controlada Indireta

Diretor de Operações

Pessoa RelacionadaObservação

Rodrigo Saba também é diretor na VLI Multimodal, conforme formulário específico enviado.

Administrador do Emissor

Rodrigo Saba Ruggiero

160.655.238-44

Subordinação

Controlador Direto

Diretor de Operações

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Diretor de Operações

Administrador do Emissor

Silvana Alcantara de Oliveira de Souza

134.151.178-20

Subordinação

Controlada Indireta

Diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório

Pessoa Relacionada**Observação****Administrador do Emissor**

Pedro de Campos Azevedo

213.571.608-10

Subordinação

Controlador Direto

Membro Suplente do conselho de Administração

Pessoa Relacionada**Observação****Administrador do Emissor**

Daniel Pimentel Custódio Novo

279.634.658-79

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada**Observação**

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Milton Nassau Ribeiro

953.859.086-49

Subordinação

Controlador Direto

Membro titular do Conselho de Administração

Pessoa RelacionadaObservaçãoAdministrador do Emissor

Rute Melo Araújo Galhardo

192.181.808-51

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa RelacionadaObservaçãoAdministrador do Emissor

GUSTAVO SERRÃO CHAVES

051.508.247-39

Subordinação

Controlador Indireto

membro titular do Conselho de Administração

Pessoa RelacionadaObservaçãoAdministrador do Emissor

GUSTAVO SERRÃO CHAVES

051.508.247-39

Subordinação

Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

membro titular do Conselho de Administração

Pessoa RelacionadaObservaçãoAdministrador do Emissor

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto
membro suplente do Conselho de Administração

012.454.106-28

Subordinação

Devedor

Pessoa RelacionadaObservaçãoAdministrador do Emissor

Marcus Vinícius de Faria Penteadó
Diretor Financeiro

078.325.177-78

Subordinação

Controlada Indireta

Pessoa RelacionadaObservaçãoAdministrador do Emissor

Fabiano Bodanezi Lorenzi
Diretor Comercial

690.956.980-68

Subordinação

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação**Administrador do Emissor**

Pedro de Campos Azevedo

213.571.608-10

Subordinação

Controlador Indireto

Membro Suplente do conselho de Administração

Pessoa Relacionada**Observação**

Pedro Azevedo passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Administrador do Emissor

Daniel Pimentel Custódio Novo

279.634.658-79

Subordinação

Controlador Indireto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada**Observação**

Daniel Novo passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Administrador do Emissor

Milton Nassau Ribeiro

953.859.086-49

Subordinação

Controlador Indireto

Membro titular do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Milton Nassau passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Administrador do Emissor

Rute Melo Araújo Galhardo	192.181.808-51	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada**Observação**

Rute Galhardo passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

Administrador do Emissor

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto	012.454.106-28	Subordinação	Controlador Indireto
membro suplente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada**Observação**

Angelo Stradioto passou a integrar o quadro de empregados da VLI Multimodal S/A a partir de 2015, mas em 31/12/2014 integrava o quadro de empregados da VLI S/A, conforme informado neste formulário.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

ITEM		
<p>12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores</p>	<p>A Companhia, quanto a essa questão, mantém apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), contratada com a AIG SEGUROS BRASIL S.A., cuja a vigência é de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, e o limite global de indenização corresponde a R\$ 100 milhões. Este seguro se estende a membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de qualquer outro órgão estatutário, bem como qualquer pessoa física, com função passada, presente ou futura, que tenha sido nomeada e/ou eleita para o exercício de cargo de administrador, conselheiro, diretor, gerente ou membro de comitê gestor do Tomador e/ou das Subsidiárias, ou qualquer pessoa física eleita e/ou nomeada para cargo ou posição equivalente, estando no exercício de tal cargo. Refere-se, inclusive, a qualquer pessoa física que desempenhe funções gerenciais que possa comprometer o Tomador e/ou as Subsidiárias com suas decisões e atos. O seguro tem por objetivo garantir o pagamento ou o reembolso pela Seguradora de Prejuízos Seguráveis em decorrência de Reclamações apresentadas quando aplicável relacionadas a Atos Danosos pelos quais o Segurado vier a ser responsável, em sentença judicial transitada em julgado, laudo arbitral ou em acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, observadas as exclusões e limitações previstas nesta Apólice, suas condições e eventuais Endossos ou Aditivos. A cobertura da apólice se estende também ao pagamento de custos de defesa dos Segurados, como e quando devidos. Além das coberturas anteriormente mencionadas, o seguro fornece garantias adicionais para os casos de responsabilidade que venha a atingir cônjuges, herdeiros, sucessores, representantes legais e pessoas indicadas pela VLI S.A. para atuarem como administradores de entidades externas. O prêmio do seguro foi integralmente suportado pela VLI S/A, controladora indireta, não havendo custo para a Companhia.</p>	<p>SEGURADORA: AIG SEGUROS BRASIL S.A</p> <p>VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018</p> <p>LIMITE GLOBAL DE INDENIZAÇÃO R\$ 100 milhões</p>

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes da Companhia constam dos itens anteriores.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não adota uma política formal de remuneração de seus administradores, na medida em que a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte de quase todos os seus administradores.

Considerando que todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da nossa controladora indireta, a VLI S.A., as suas remunerações compõem o quadro de salários e benefícios da VLI S.A. À exceção de 1 (um) integrante do conselho administrativo, que recebe a remuneração prevista no Estatuto.

b. Composição da remuneração

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um;
 - (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total;
 - (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e
 - (iv) Razões que justificam a composição da remuneração.
- (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

A remuneração global é fixada anualmente em assembleia geral, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é atribuído o pagamento de uma remuneração fixa. Não há pagamento de quaisquer benefícios, verbas de representação ou participação nos resultados da Companhia.

Usualmente, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciam a remuneração a que fariam jus, com exceção de 1 (um) membro, uma vez que todos os administradores ocupam simultaneamente cargos remunerados em sua controladora indireta, a VLI S.A, com exceção do representante sindical.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração de administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima. Além disso, usualmente os administradores da Companhia renunciam à remuneração a que fariam direito. Desta forma, não há relação relevante entre os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia e a remuneração de seus administradores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da VLI S.A., controladora indireta da Companhia, com exceção do representante sindical. Desta forma, a remuneração dos administradores da Companhia que integram o quadro de funcionários da VLI S.A. compõe o quadro de salários e benefícios desta sociedade e não está relacionada ao exercício dos cargos de administração na Companhia, nos termos descritos no item 13.5 deste Formulário de Referência. de salários e benefícios desta sociedade e não está relacionada ao exercício dos cargos de administração na Companhia, nos termos descritos no item 13.5 deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Em 31 de dezembro de 2017, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração individual do conselho de administração e da diretoria é definida e aprovada em Assembleia Geral mediante proposta realizada anualmente.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para definição da remuneração individual do conselho de administração e da diretoria são consideradas as práticas de mercado e as particularidades do negócio. Periodicamente são realizadas pesquisas salariais, conduzidas por consultorias especializadas, para comparação da remuneração total em relação ao *peer group* selecionado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração do conselho de administração e da diretoria são avaliados anualmente mediante proposta apresentada na Assembleia Geral.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	16.248,00	6.000,00		22.248,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	16.248,00	6.000,00		22.248,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	16.044,00	6.000,00		22.044,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	16.044,00	6.000,00		22.044,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	15.360,00	6.000,00		21.360,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	15.360,00	6.000,00		21.360,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	5,00		9,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	10.554,00	6.000,00		16.554,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	10.554,00	6.000,00		16.554,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social
Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

	Ações Retidas Diretamente (emitidas pela Companhia)	Ações Retidas Indiretamente	Total
Conselho Administração	0	0	0
Diretoria Estatutaria	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
Total	0	0	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não confere aos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria planos de previdência.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	11.244,00	10.560,00	10.560,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	11.244,00	10.560,00	10.560,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	11.244,00	10.560,00	10.560,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2017	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
31/12/2016	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.
31/12/2015	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Conselho de Administração	
31/12/2017	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Mario Ricardo Aparecido dos Santos que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2017, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2016	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Paulino Rodrigues de Moura que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2016, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2015	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Paulino Rodrigues de Moura que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2015, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2017	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
31/12/2016	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.
31/12/2015	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Em 31 de dezembro de 2017, não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	-

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2016
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	-

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2015
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	-

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, e da Diretoria Estatutária em razão da função que ocupam na Companhia que tenha sido reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia, salvo o sr. Mario Ricardo Aparecido dos Santos que recebeu o valor de um salário mínimo mensal.

Contudo, os 4 membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são também empregados de sua controladora direta VLI Multimodal ou de sua controladora indireta, a VLI S.A. Considerando que a VLI Multimodal é controlada pela VLI S.A. que detém 99,9% de sua participação, estes administradores receberam nos 3 (três) últimos exercícios sociais pagamentos referentes à remuneração não relacionada ao exercício de cargos na Companhia, conforme tabela consolidada das duas empresas, abaixo:

Exercício Social 2017

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	6.102.714	5.851.106	0	11.953.819
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2016

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	2.599.054	2.353.345	0	4.952.399
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2015

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	2.829.260	2.226.725	0	5.055.985
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

A remuneração de 2017 é superior aos anos anteriores, principalmente, em função do pagamento do incentivo de curto prazo e de eventuais resgates do incentivo de longo prazo. Em 2016 não houve pagamento do incentivo de curto prazo e nos anos anteriores não houve resgate do incentivo de longo prazo.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O quadro abaixo mostra o número de empregados da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 com base na atividade desempenhada:

Natureza	2015	2016	2017
Administrativo / Operacional	3.824	3.977	4.208
Nível Técnico	326	562	590
Técnico Profissional	589	347	383
Supervisão	159	156	167
Gerência	28	36	39
Total Geral	4.926	5.078	5.387

O quadro abaixo mostra o número de empregados da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 por localização geográfica:

Estado / País	2015	2016	2017
BA - Brasil	445	415	440
DF - Brasil	11	10	9
ES - Brasil	195	195	187
GO - Brasil	169	172	183
MG - Brasil	3.184	3.260	3.425
RJ - Brasil	138	126	129
SE - Brasil	3	3	7
SP - Brasil	781	897	1.007
Total	4.926	5.078	5.387

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O quadro abaixo mostra o número de terceirizados da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, com base nas características da atividade desempenhada:

Natureza	2015	2016	2017
Eventual	96	108	96
Permanente	1.438	1.815	1.734
Projeto	535	537	929
Total Geral	2.069	2.460	2.759

O grupo denominado "Permanente" engloba atividades tais como (i) manutenção de locomotivas e vagões; (ii) manutenção de via permanente; (iii) infraestrutura de postos de combustíveis; (iv) preventivas; (v) administrativas; e (vi) meio ambiente (tratamento de efluentes e atendimento de ocorrências). O grupo denominado "Temporário/Eventual" engloba atividades tais como obras civis e recuperação de vagões.

Registros referentes a funcionários terceirizados estratificados por estado brasileiro em 2017:

14.1 - Descrição dos recursos humanos

2017				
Estado / País	Eventual	Permanente	Projeto	Total Geral
BA - Brasil	3	151	72	226
ES - Brasil		20	1	21
GO - Brasil	1	57	30	88
MA - Brasil	1	12	4	17
MG - Brasil	63	1.212	224	1.499
PR - Brasil		2		2
RJ - Brasil		59	16	75
SE - Brasil		2		2
SP - Brasil	28	218	582	828
TO - Brasil		1		1
Total	96	1.734	929	2.759

c. Índice de rotatividade

O índice de rotatividade verificado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 foi de, respectivamente, 12,45%, 12,80% e 11,6%.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante com relação aos números divulgados no item "14.1." acima.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração e estrutura da Companhia visa proporcionar aos seus empregados salários competitivos com o mercado, considerando as condições orçamentárias, com propósito de atrair, recompensar e reter os profissionais que trazem resultados para a Companhia. A política é válida para todos os seus níveis hierárquicos, exceto níveis gerenciais, os quais possuem uma política de remuneração diferenciada. Para remuneração variável, os empregados de cargo não gerencial podem receber até aproximadamente 6 (seis) salários nominais e para aqueles que ocupam posição gerencial, a remuneração variável pode chegar a 8 (oito) salários nominais para cargos de supervisão e 10 (dez) salários nominais para cargos de gerentes de área. A remuneração variável é definida de acordo com o alcance dos indicadores financeiros EBITDA e AFFO e das metas coletivas e individuais, sendo o pagamento realizado no 1º trimestre do ano subsequente.

b. Política de benefícios

Além dos benefícios concedidos por força de lei, a Companhia oferece a todos os seus empregados, a partir de sua entrada na Companhia, incluindo os de nível gerencial, auxílio refeição e alimentação, vale transporte, assistência médica e odontológica, previdência privada, seguro de vida, auxílio creche, reembolso escolar e demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho. No caso do reembolso educacional, o empregado co-participa com um percentual, que varia de acordo com o salário e a modalidade do curso.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para empregados não-administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 – Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Nossos empregados são representados pelos sindicatos das localidades em que possuímos estabelecimentos.

Embora nem todos os nossos empregados estejam filiados aos sindicatos, por lei todos gozam dos direitos e prerrogativas previstos nos acordos coletivos de trabalho.

Acreditamos ter bom relacionamento com nossos empregados e sindicatos que os representam, informamos que jamais ocorreram greves ou qualquer paralisação significativa em nossas atividades ao longo de todo nosso histórico.

Cumprimos os Acordos Coletivos de trabalho definidos para cada localidade/região onde atuamos, e na hipótese de discordância legal, buscamos o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. Nos abstermos de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

Os Acordos Coletivos de Trabalho atualmente em vigor são celebrados anualmente.

Relacionamos abaixo os sindicatos que representam os nossos empregados, bem como: nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas anuais das respectivas categorias:

Sindicato Município UF

Sindicatos	Município	UF
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	BH
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS TRANSPORTE FERROVIÁRIO E METROVIÁRIO DOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE	Salvador	BA
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DO RIO DE JANEIRO	Rio de Janeiro	RJ
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA	Campinas	SP
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA SOROCABANA	Osasco	SP

14.5 - Outras informações relevantes

14.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem apresentadas.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Outras					
		Não	Não		
Não					
	20	0,001000%	3	15,789000%	23
					0,001000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
VLI Multimodal S.A.					
42.276.907/0001-28	Brasileira	Não	Sim	31/03/2011	
Não					
	112.303.507	99,999000%	16	84,211000%	112.303.523
					99,999000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
OUTROS					
	0	0,000000%	0	0,000000%	0
					0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
	0	0,000000%	0	0,000000%	0
					0,000000%
TOTAL					
	112.303.527	100,000000%	19	100,000000%	112.303.546
					100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VLI Multimodal S.A.				42.276.907/0001-28		
Outros						
Não		Não				
1	0,001000	0	0,000000	1	0,001000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
167.624.820.882	100,000000	0	0,000000	167.624.820.882	100,000000	
VLI S.A.						
12.563.794/0001-80	Brasileira-MG	Não	Não	31/03/2011		
Não						
167.624.820.881	99,999000	0	0,000000	167.624.820.881	99,999000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VLI S.A.				12.563.794/0001-80	
BRASIL PORT HOLDINGS L.P.					
19.865.869/0001-27	Canadense	Sim	Não	19/08/2014	
Não					
88.907.904	1,000000	0	0,000000	88.907.904	1,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BROOKFIELD BRAZIL INFRASTRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES					
16.718.541/0001-90		Sim	Não	19/08/2014	
Não					
2.267.516.800	25,500000	0	0,000000	2.267.516.800	25,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço					
09.234.078/0001-45		Sim	Não	14/04/2014	
Não					
1.413.854.823	15,902000	0	0,000000	1.413.854.823	15,902000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VLI S.A.				12.563.794/0001-80	
Mitsui & Co. Ltd					
05.466.338/0001-57		Sim	Não	14/04/2014	
Não					
1.778.158.082	20,000000	0	0,000000	1.778.158.082	20,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
8.890.790.411	100,000000	0	0,000000	8.890.790.411	100,000000
Vale S.A.					
33.592.510/0001-54	Brasileira-RJ	Sim	Não	19/08/2014	
Não					
3.342.352.802	37,597000	0	0,000000	3.342.352.802	37,597000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BRASIL PORT HOLDINGS L.P.				19.865.869/0001-27	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BROOKFIELD BRAZIL INFRASTRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES				16.718.541/0001-90	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço				09.234.078/0001-45		
Outros						
Não		Não				
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mitsui & Co. Ltd				05.466.338/0001-57		
Japan Trustee Services Bank, Ltd.						
japonesa		Não	Não	12/12/2002		
Não						
91.662.000	5,102000	0	0,000000	91.662.000	5,102000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Outros						
japonesa		Não	Não	12/12/2002		
Não						
1.582.239.127	88,072000	0	0,000000	1.582.239.127	88,072000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
The Master Trust Bank of Japan, Ltd.						
japonesa		Não	Não	12/12/2002		
Não						
122.613.000	6,825000	0	0,000000	122.613.000	6,825000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mitsui & Co. Ltd				05.466.338/0001-57	
TOTAL					
1.796.514.127	100,000000	0	0,000000	1.796.514.127	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale S.A.				33.592.510/0001-54	
BNDES Participações - BNDESPar					
00.383.281/0001-09	BR-RJ	Não	Não	11/05/2015	
Não					
206.378.882	6,414000	66.185.272	3,264000	272.564.154	5,197000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Capital Group International Inc.					
	Norte Americana	Não	Não	09/05/2016	
Não					
0	0,000000	202.272.464	9,978000	202.272.464	3,856000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Capital Research Global					
	Norte Americana	Não	Não	27/04/2016	
Sim		JP Morgan DTVM	Jurídica	33.851.205/0001-30	
0	0,000000	204.367.633	10,081000	204.367.633	3,896000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale S.A.				33.592.510/0001-54	
Outros					
Não		Não			
1.262.839.073	39,252000	1.474.556.557	72,741000	2.737.395.630	52,197000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Tesouraria					
Não		Não		30/04/2016	
31.535.402	0,980000	59.405.792	2,930000	90.941.194	1,734000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
3.217.188.402	100,000000	2.027.127.718	100,000000	5.244.316.120	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vale S.A.				33.592.510/0001-54	
Valepar S.A.					
01.772.413/0001-57		Não	Sim	11/05/2015	
Não					
1.716.435.045	53,352000	20.340.000	1,003000	1.736.775.045	33,117000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BNDES Participações - BNDESPar				00.383.281/0001-09		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES						
33.657.248/0001-89	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2013		
Não						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Valepar S.A.				01.772.413/0001-57	
BNDES Participações - BNDESPar					
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/12/2014	
Não					
149.787.385	11,510000	4.012.241	1,330000	153.799.626	9,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Bradespar S.A.					
03.847.461/0001-92		Sim	Sim	31/12/2014	
Não					
275.965.821	21,210000	0	0,000000	275.965.821	17,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Eletron S.A.					
00.514.998/0001-42		Sim	Sim	31/12/2013	
Não					
380.708	0,020000	7.139	0,000000	387.847	0,020000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Valepar S.A.				01.772.413/0001-57	
Litel Participações S.A.					
00.743.065/0001-27		Sim	Sim	31/12/2014	
Não					
637.443.857	49,020000	200.864.272	66,830000	838.308.129	52,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Mitsui & Co. Ltd					
05.466.338/0001-57	Japonesa	Sim	Sim	31/12/2014	
Não					
237.328.059	18,240000	4.450.333	1,480000	241.778.392	15,090000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Outros					
		Sim	Sim		
Não					
0	0,000000	91.232.982	30,360000	91.232.982	5,720000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Valepar S.A.				01.772.413/0001-57	
TOTAL					
1.300.905.830	100,000000	300.566.967	100,000000	1.601.472.797	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				33.657.248/0001-89	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações - BNDESPar				00.383.281/0001-09	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					
33.657.248/0001-89		Não		31/12/2013	
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bradespar S.A.				03.847.461/0001-92	
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.					
61.529.343/0001-32	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
44.883.224	36,630000	300.960	0,130000	45.184.184	12,930000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06		Não	Sim	31/12/2014	
Não					
18.179.304	14,840000	0	0,000000	18.179.304	5,200000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
NCF Participações S.A.					
04.233.319/0001-18	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2014	
Não					
30.388.376	24,800000	2.235.627	0,980000	32.624.003	9,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Bradespar S.A.				03.847.461/0001-92	
Outros					
Não		Não			
29.072.145	23,730000	224.488.309	98,890000	253.560.454	72,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
122.523.049	100,000000	227.024.896	100,000000	349.547.945	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Eletron S.A.				00.514.998/0001-42		
Opportunity Anafi Participações S.A.						
02.992.366/0001-10	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2014		
Não						
9.986.293	99,990000	0	0,000000	9.986.293	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Outros						
		Não	Sim			
Não						
1.083	0,010000	0	0,000000	1.083	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
9.987.376	100,000000	0	0,000000	9.987.376	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Litel Participações S.A.				00.743.065/0001-27		
BB Carteira Ativa						
01.578.476/0001-77	Brasileira	Não	Sim	31/12/2014		
Não						
193.740.121	78,400000	28.385.377	94,360000	222.125.498	80,130000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Outros						
		Não	Sim			
Não						
53.388.224	21,600000	1.695.907	5,640000	55.084.131	19,870000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
247.128.345	100,000000	30.081.284	100,000000	277.209.629	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mitsui & Co. Ltd				05.466.338/0001-57		
Japan Trustee Services Bank, Ltd.						
Não		Japonesa	Não	Não	12/12/2002	
91.662.000	5,102000	0	0,000000	91.662.000	5,102000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Outros						
Não			Não	Não		
1.582.239.127	88,072000	0	0,000000	1.582.239.127	88,072000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
The Master Trust Bank of Japan, Ltd.						
Não		Japonesa	Não	Não	12/12/2002	
122.613.000	6,825000	0	0,000000	122.613.000	6,825000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mitsui & Co. Ltd				05.466.338/0001-57	
TOTAL					
1.796.514.127	100,000000	0	0,000000	1.796.514.127	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES				33.657.248/0001-89	
Outros					
		Não	Não		
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BB Carteira Ativa				01.578.476/0001-77	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
2.462.446.247	33,310000	0	0,000000	2.462.446.247	33,310000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lia Maria Aguiar					
003.692.768-68	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
496.778.330	6,720000	0	0,000000	496.778.330	6,720000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lina Maria Aguiar					
017.080.078-49	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
631.233.924	8,540000	0	0,000000	631.233.924	8,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47		Não	Sim	31/12/2014	
Não					
3.330.454.557	45,050000	0	0,000000	3.330.454.557	45,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Outros					
		Não	Sim		
Não					
471.793.267	6,380000	0	0,000000	471.793.267	6,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
7.392.706.325	100,000000	0	0,000000	7.392.706.325	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCF Participações S.A.				04.233.319/0001-18	
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.					
61.529.343/0001-32	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
843.211.787	74,720000	0	0,000000	843.211.787	39,510000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
283.571.490	25,130000	1.005.739.284	100,000000	1.289.310.774	60,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
1.688.246	0,150000	0	0,000000	1.688.246	0,080000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCF Participações S.A.				04.233.319/0001-18	
TOTAL					
1.128.471.523	100,000000	1.005.739.284	100,000000	2.134.210.807	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Opportunity Anafi Participações S.A.				02.992.366/0001-10		
Belapart S.A.						
01.608.571/0001-76	Brasileira-RJ	Não	Não	31/12/2014		
Não						
1.236.116	26,180000	0	0,000000	1.236.116	21,730000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Opportunity Holding FIP						
08.277.553/0001-06	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2014		
Não						
2.249.016	47,640000	966.503	100,000000	3.215.519	56,540000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
4.721.248	100,000000	966.503	100,000000	5.687.751	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Opportunity Anafi Participações S.A.				02.992.366/0001-10	
Valetron S.A.					
01.772.313/0001-20	Brasileira-RJ	Não	Não	31/12/2014	
Não					
1.236.116	26,180000	0	0,000000	1.236.116	21,730000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Belapart S.A.				01.608.571/0001-76		
Outros						
Não		Não				
1	0,090000	0	0,000000	1	0,090000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Sweet River Fund						
05.707.521/0001-05	Ilhas Cayman	Não		Não		31/12/2013
Não						
490	43,750000	0	0,000000	490	43,750000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
1.120	100,000000	0	0,000000	1.120	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Belapart S.A.				01.608.571/0001-76	
Verônica Valente Dantas					
262.853.205-00	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2013	
Não					
629	56,160000	0	0,000000	629	56,160000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06		Não	Não	31/12/2014	
Não					
2.462.446.247	33,310000	0	0,000000	2.462.446.247	33,310000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lia Maria Aguiar					
003.692.768-68	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2014	
Não					
496.778.330	6,720000	0	0,000000	496.778.330	6,720000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lina Maria Aguiar					
017.080.078-49	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2014	
Não					
631.233.924	8,540000	0	0,000000	631.233.924	8,540000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações S.A.				61.529.343/0001-32	
Nova Cidade de Deus Participações S.A.					
04.866.462/0001-47		Não	Não	31/12/2014	
Não					
3.330.454.557	45,050000	0	0,000000	3.330.454.557	45,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Outros					
		Não	Não		
Não					
471.793.267	6,380000	0	0,000000	471.793.267	6,380000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
7.392.706.325	100,000000	0	0,000000	7.392.706.325	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				04.866.462/0001-47	
BBD Participações S.A.					
07.838.611/0001-52	Brasileira-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
153.837.939	53,700000	0	0,000000	153.837.939	26,070000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2014	
Não					
132.647.429	46,300000	303.570.305	100,000000	436.217.734	73,930000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
286.485.368	100,000000	303.570.305	100,000000	590.055.673	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				04.866.462/0001-47	
BBD Participações S.A.					
07.838.611/0001-52		Não	Sim	31/12/2014	
Não					
153.837.939	53,700000	0	0,000000	153.837.939	26,070000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2014	
Não					
132.647.429	46,300000	303.570.305	100,000000	436.217.734	73,930000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
286.485.368	100,000000	303.570.305	100,000000	590.055.673	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Opportunity Holding FIP				08.277.553/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Valetron S.A.				01.772.313/0001-20		
Outros						
Não		Não				
1	0,090000	0	0,000000	1	0,090000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Sweet River Fund						
05.707.521/0001-05	Ilhas Cayman	Não		31/12/2014		
Não						
490	43,750000	0	0,000000	490	43,750000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
1.120	100,000000	0	0,000000	1.120	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Valetron S.A.				01.772.313/0001-20	
Verônica Valente Dantas					
262.853.205-00	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
629	56,160000	0	0,000000	629	56,160000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				07.838.611/0001-52	
Lázaro de Mello Brandão					
004.637.528-72	Brasileiro-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
11.700.000	6,640000	0	0,000000	11.700.000	3,790000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
NCD Participações Ltda.					
48.594.139/0001-37	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2014	
Não					
0	0,000000	67.551.600	50,840000	67.551.600	21,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Outros					
		Não	Não		
Não					
91.238.208	51,780000	49.685.467	37,390000	140.923.675	45,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				07.838.611/0001-52	
Tesouraria					
Não		Não	Não	31/12/2014	
73.268.091	41,580000	15.633.544	11,770000	88.901.635	28,760000
Classe ação					
Qtde. de ações (Unidades)		Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
176.206.299	100,000000	132.870.611	100,000000	309.076.910	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				07.838.611/0001-52	
Lázaro de Mello Brandão					
004.637.528-72	Brasileiro-SP	Não	Sim	31/12/2014	
Não					
11.700.000	6,640000	0	0,000000	11.700.000	3,790000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
NCD Participações Ltda.					
48.594.139/0001-37	Brasileira-SP	Não	Não	31/12/2014	
Não					
0	0,000000	67.551.600	50,840000	67.551.600	21,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Outros					
		Não	Não		
Não					
91.238.208	51,780000	49.685.467	37,390000	140.923.675	45,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				07.838.611/0001-52	
Tesouraria					
Não		Não	Não	31/12/2014	
73.268.091	41,580000	15.633.544	11,770000	88.901.635	28,760000
Classe ação					
Qtde. de ações (Unidades)		Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
176.206.299	100,000000	132.870.611	100,000000	309.076.910	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Nova Cidade de Deus Participações S.A.				04.866.462/0001-47	
BBD Participações S.A.					
07.838.611/0001-52		Não	Sim	31/12/2014	
Não					
153.837.939	53,700000	0	0,000000	153.837.939	26,070000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Bradesco					
60.701.521/0001-06		Não	Sim	31/12/2014	
Não					
132.647.429	46,300000	303.570.305	100,000000	436.217.734	73,930000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
286.485.368	100,000000	303.570.305	100,000000	590.055.673	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				07.838.611/0001-52	
Lázaro de Mello Brandão					
004.637.528-72		Não	Sim	31/12/2014	
Não					
11.700.000	6,640000	0	0,000000	11.700.000	3,790000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
NCD Participações Ltda.					
48.594.139/0001-37		Não	Não	31/12/2014	
Não					
0	0,000000	67.551.600	50,840000	67.551.600	21,860000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Outros					
		Não	Não		
Não					
91.238.208	51,780000	49.685.467	37,390000	140.923.675	45,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBD Participações S.A.				07.838.611/0001-52	
Tesouraria					
Não		Não	Não	31/12/2014	
73.268.091	41,580000	15.633.544	11,770000	88.901.635	28,760000
Classe ação					
Qtde. de ações (Unidades)		Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
176.206.299	100,000000	132.870.611	100,000000	309.076.910	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundação Bradesco				60.701.521/0001-06	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCD Participações Ltda.				48.594.139/0001-37	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
NCD Participações Ltda.				48.594.139/0001-37	
Outros					
Não		Não			
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	7
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

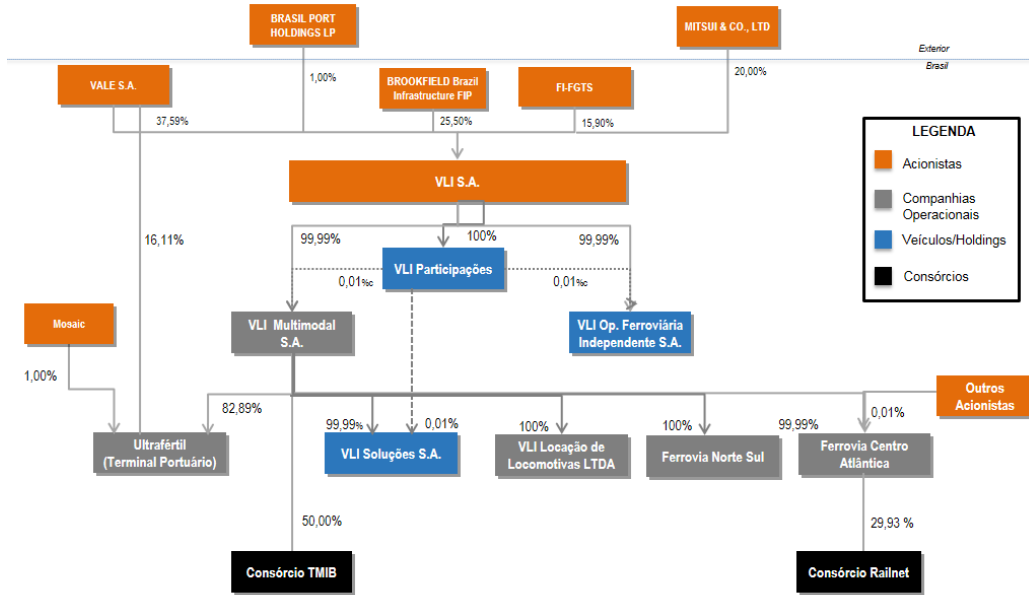
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	20	0,000001%
Quantidade preferenciais (Unidades)	3	15,789473%
Total	23	0,000001%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere

Estrutura Societária VLI



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Em 31 de dezembro de 2017, não havia qualquer acordo de acionistas vigente envolvendo a Companhia ou do qual o controlador seja parte, que regulem o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em 21 de dezembro de 2010, a Vale S.A., até então controladora direta da VLI Multimodal S.A., atual denominação da Mineração Tacumã S.A. e, posteriormente, Vale Operações Ferroviárias S.A. (acionista controladora da Companhia), transferiu para a Vale Logística de Carga Geral S.A. (atualmente denominada VLI S.A.) a totalidade das ações ordinárias de emissão da VLI Multimodal S.A., alterando, assim, o controle acionário direto dessa última sociedade.

O controle acionário direto da Companhia permaneceu, contudo, inalterado e sob a titularidade da VLI Multimodal S.A. Da mesma forma, a Vale S.A. permaneceu detendo o controle indireto da Companhia.

Em 17 de fevereiro de 2012, a controladora da Companhia, VLI Multimodal S.A., adquiriu da acionista Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, 13.318.000 (treze milhões, trezentos e dezoito mil) ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, sem valor nominal, em razão do exercício de opção de venda de ações pela VALIA.

Em setembro de 2013, a Vale S.A. celebrou acordos para a aquisição de participação no capital da VLI S.A. pela Mitsui & Co. e pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, sem que, no entanto, houvesse transferência do controle acionário Companhia. Com a efetivação dessas transações, em 07 de abril e 14 de abril de 2014 respectivamente, a Mitsui & Co. passou a deter 20% e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS passou a deter 15,9% da participação acionária da VLI S.A.

Consoante fato relevante publicado pela FCA em 23 de dezembro de 2013, a Vale S.A., acionista majoritária controladora da VLI S.A., celebrou acordo com a Brookfield Asset Management para a venda de ações da VLI S.A. de titularidade da Vale S.A. representativas de 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento) do capital da VLI, mediante pagamento de quantia no valor de R\$ 2 bilhões. O fechamento da operação de aquisição de participação da VLI pela Brookfield Asset Management ocorreu em agosto de 2014.

Após a conclusão das transações com a Mitsui, FI-FGTS e Brookfield, o quadro acionário da VLI passou a ter a seguinte composição:

Acionistas	Ações	%
Vale S.A.	3.342.352.802	37,593%
Mitsui & Co.	1.778.158.082	20,000%
FGTS	1.413.854.823	15,902%
Brookfield	2.267.516.800	25,504%
Brazil Port Holdings	88.907.904	1,000%

15.7 - Principais operações societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas

A Companhia foi constituída em 14 de agosto de 1995, sob a denominação social de Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Em 28 de junho de 2005, a ANTT, por meio da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo Mineração Tacumã Ltda. – controlada da Vale S.A. – como a única controladora da Companhia.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda. transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A. e, em 30 de novembro de 2011, teve sua denominação social novamente alterada para VLI Multimodal S.A.

A VLI Multimodal S.A. é controlada pela VLI S.A., e, em abril de 2014, a Vale S.A. efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200.000,00 (Um bilhão, quinhentos e nove milhões, duzentos mil reais) representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. (“Mitsui”). Nesta operação R\$ 709.200.000,00 (setecentos e nove milhões, duzentos mil reais) foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de Reais) aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A..

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes constam dos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O procedimento de tomada de decisões na Emissora para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular.

Além do que está previsto na Lei das Sociedades Anônimas, a Companhia adota estritamente a prática de restringir a participação dos administradores e acionistas, conforme o caso, em qualquer matéria em que eles possam ter interesse conflitante com a Companhia. Os próprios administradores abstêm-se da participação nas deliberações, mas as partes relacionadas não recebem, por exemplo, o mesmo material enviado às partes não relacionadas e não participam das discussões das matérias em que possam haver interesses conflitantes. Isso é aplicado não apenas na Emissora, mas também em sua controladora indireta, em que os seus respectivos acionistas também realizam transações diretamente com a Emissora, com a controladora indireta ou com qualquer de suas subsidiárias. Nesses casos, as transações até R\$10 milhões são deliberadas pela Diretoria Executiva da controladora indireta e, acima desse valor, são remetidas ao comitê financeiro da controladora indireta que analisará o tema em conjunto com o comitê responsável pela análise da respectiva matéria e, após sua análise e recomendação, remetidas para deliberação do Conselho de Administração da controladora indireta da Emissora.

É importante destacar que, para análise e discussão da transação, somente as partes não relacionadas participam das reuniões. Os membros indicados pelas partes relacionadas sequer permanecem na sala de reunião, não participam das discussões sobre o tema nem emitem recomendações ou deliberam sobre o tema. Os membros do Comitê Financeiro e do Comitê responsável pela matéria em análise que não são partes relacionadas na transação avaliam o material de apoio às deliberações e decidem se as partes relacionadas terão acesso e, em caso positivo, a quais trechos do material eles terão acesso. São enviados, portanto, materiais exclusivos para cada uma das partes relacionadas, de forma que não tomem conhecimento dos itens da transação que possam, de algum modo, estar relacionados à parte relacionada que o indicou.

Quando da deliberação no Conselho de Administração da controladora indireta da Emissora, o mesmo ocorre em relação aos membros indicados pelas partes relacionadas: eles não recebem o material de apoio enviado para as partes não relacionadas, recebem apenas o material aprovado na forma descrita no parágrafo acima, não participam das discussões e, principalmente, não participam das deliberações.

Todos esses procedimentos estão devidamente descritos no Regimento Interno do Comitê Financeiro da controladora indireta da Emissora e na Política de Transações entre Partes Relacionadas, esta última aplicável tanto à controladora indireta quanto às suas subsidiárias, entre as quais, a Emissora.

Adicionalmente, o artigo 17, item “m” do Estatuto Social da Companhia atribui ao Conselho de Administração a competência para fixar as condições gerais de celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores ou sociedades controladas ou controladoras de seus acionistas controladores, qualquer que seja o valor, ou autorizar a celebração dos contratos que não atendam a estas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

condições. O Conselho de Administração da Emissora conta, também, com um membro indicado pelos seus empregados e seu respectivo suplente, indicado por meio de processo eleitoral conduzido entre os empregados, pelo departamento de Recursos Humanos da Emissora, com regulamento aprovado pelo Conselho de Administração e indicação da chapa vencedora nas eleições, considerando os votos dos empregados colhidos em todas as localidades em que há operação da Emissora.

Todos os materiais relativos a transações sobre partes relacionadas, fornecidos tanto aos administradores da Emissora, quanto aos administradores das demais empresas do grupo envolvidas nessas transações, observado o procedimento de avaliação do material pelo Comitê Financeiro apresentado acima, contém informações detalhadas sobre (i) os benefícios objetivados pela Companhia e pela Parte Relacionada; (ii) os direitos e obrigações de cada parte decorrentes da transação; (iii) os valores envolvidos na transação tais como volumes, preços, custos, multas e outros; e (iv) o histórico das negociações. Além disso, a comparação com operações similares de mercado ou mesmo a comparação hipotética, para os casos em que não há operações similares, são detalhadas no check de partes relacionadas, em que são respondidas as seguintes questões de maneira bastante completa e detalhada:

Fairness test – comparativo da transação com outras similares de mercado: (i) O resultado da transação a ser realizada será mais ou tão vantajoso para a companhia relacionada do que seria se fosse realizada com terceiro? (ii) A área solicitou propostas, realizou algum procedimento de tomada de preços, ou tentou de qualquer outra forma fundamentar a decisão que definiu os critérios a serem aplicados para a realização da transação?

(iii) Descrição detalhada das medidas tomadas e procedimentos adotados para garantir a comutatividade da operação. (iv) A negociação efetivada está documentada, demonstrando a evolução das tratativas, de forma a permitir a comprovação da sua lisura e diligência na condução da operação?

Arms lenght bargain comparison: comparativo com outras transações hipotéticas, caso as operações fossem realizadas com uma empresa não vinculada: (i) A transação seria concluída nos mesmos termos e condições se fosse realizada com terceiros? Em caso negativo, detalhar as razões pelas quais não o fez ou, em caso afirmativo, informar quais os parâmetros adotados para essa conclusão. (ii) Especificação das razões que levaram a área a realizar a transação com a parte relacionada e não com terceiros.

Dessa forma, as transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Vale Fertilizantes S.A.	03/05/2016	205.419,66	N/A. Contratos comerciais não tem 'saldo', faturamento depende de demanda/volume periódico.	1.299.609.000,00	31.12.2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada de uma das acionistas controladoras indiretas da Companhia (Controlada da Vale S.A.)						
Objeto contrato	Transporte ferroviário de minério fosfatado.						
Garantia e seguros	A Companhia indenizará clientes por quaisquer eventos que venham a ocorrer com o produto da mesma, nos termos do Decreto 1832/96.						
Rescisão ou extinção	<p>O Contrato poderá ser resolvido por qualquer das PARTES mediante comunicação, por escrito, a outra PARTE, sem que caiba em benefício da PARTE em razão da qual foi solicitada a resolução qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: i) pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra PARTE; ii) ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada que venha paralisar a execução do presente Contrato por mais de 90 (noventa) dias consecutivos; e/ou c) fraude ou dolo. Sem prejuízo da satisfação de seus demais direitos, a CONTRATADA poderá, a seu exclusivo critério, resolver este Contrato, mediante prévia e expressa comunicação à CONTRATANTE, sem que caiba à CONTRATANTE o direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) Atraso na liberação de informações que comprometam o regular cumprimento das obrigações assumidas por força deste Contrato, após notificar a CONTRATANTE e esta não prestar tais informações no prazo de 30 (trinta) dias; (ii) Descumprimento, pela CONTRATANTE, de qualquer obrigação prevista neste Contrato, exceto se o descumprimento for sanável e se a CONTRATANTE corrigi-lo no prazo de até 60 (sessenta) dias após recebimento de notificação por escrito neste sentido; e/ou (iii) Cessão, subcontratação e/ou transferência parcial ou total para terceiros das obrigações assumidas pela CONTRATANTE no presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA, ressalvado o disposto no item 12.7. Sem prejuízo da satisfação de seus demais direitos, a CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, resolver este Contrato, mediante prévia e expressa comunicação à CONTRATADA, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) Atraso na liberação de informações que comprometam o regular cumprimento das obrigações assumidas por força deste Contrato, após notificar a CONTRATADA e esta não prestar tais informações no prazo de 30 (trinta) dias; (ii) Descumprimento pela CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste Contrato, exceto se o descumprimento for sanável e se a CONTRATADA corrigi-lo no prazo de até 60 (sessenta) dias após recebimento de notificação por escrito neste sentido; (iii) Caso a CONTRATADA, por qualquer motivo, venha a ter revogada qualquer licença ou autorização governamental indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste Contrato, inclusive, mas não se limitando, a concessão de serviço público; e/ou (iv) Cessão, subcontratação e/ou transferência parcial ou total para terceiros das obrigações assumidas pela CONTRATADA no presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, ressalvado o previsto no item 12.8 e 12.9.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestadora de serviços.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
VLI Multimodal S.A. e Vale S.A.	09/08/2013	2.633.954.009,35	Inestimável, contrato variável em função do volume orçado, orçamento alterado anualmente	10.000.000,00. Não há como estimar valor exato em função do contrato ser variável	Até o final da concessão da EFVM-EFC (estimada para 29 de julho de 2027), com programação automática do contrato na hipótese de prorrogação dos contratos de concessão das ferrovias EFVM e EFC, por prazo idêntico à prorrogação destes.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do Controlador Indireto VLI S.A. e controlador direto.						
Objeto contrato	Prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas e serviços correlatos.						
Garantia e seguros	Acordo prevê indenizações relativas a furtos, perdas e avarias das mercadorias e serão tratadas em processo específico, e, se devidas, serão liquidadas até 60 dias após o recebimento do pedido de indenização. O preço a ser considerado será aquele declarado na nota fiscal à época do transporte.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das partes, mediante comunicação, por escrito, à outra parte, sem que caiba, em benefício da parte em razão da qual foi solicitada a resolução, direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) descumprimento pela outra parte de qualquer obrigação prevista no contrato, exceto se o descumprimento for sanável e se a parte inadimplente corrigi-lo no prazo de 90 (noventa) dias após recebimento de notificação por escrito neste sentido enviada pela parte credora da obrigação; (ii) pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; (iii) ocorrência comprovada de fato do príncipe, fato da Administração, caso fortuito ou de força maior, que venha paralisar a execução do contrato por mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos; e (iv) mudança de controle societário, direto ou indireto, de uma das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestação de serviço.						
Vale S.A.	09/06/2015	84.614.968,18	Inestimável, contrato variável em função de volume orçado e alterações anuais em orçamento	4.402.625.815,00 (valor estimado - não há como definir o valor global do contrato)	Até o término da concessão da EFVM e FCA, o que ocorrer primeiro.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista do controlador indireto (VLI S.A.)						
Objeto contrato	Regulamentar e padronizar, a execução das atividades de (i)Tráfego mútuo de mercadorias em trens de carga; (ii) Direito de Passagem em Trens de Passageiros (iii) Intercâmbio de vagões e locomotivas; (iv) Reparos em vagões, locomotivas e vias permanentes. Simplificar a organização e os procedimentos relacionados às atividades de Trafego Mútuo e de Intercâmbio de Material Rodante, respeitadas as peculiaridades das PARTICIPANTES, nas quais deverá ser minimizada a permanência do material rodante em trânsito, sem prejuízo às condições de segurança da circulação.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O CONTRATO OPERACIONAL poderá ser resolvido por qualquer das PARTICIPANTES, mediante comunicação, por escrito, à outra PARTICIPANTE, sem que caiba, em benefício da PARTICIPANTE em face da qual foi solicitada à Resolução, direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da Resolução, nos seguintes casos: (i) Descumprimento pela outra PARTICIPANTE de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, exceto se a PARTICIPANTE inadimplente sanar o descumprimento no prazo de 90 (noventa) dias corridos após recebimento de notificação por escrito neste sentido enviada pela PARTICIPANTE credora da obrigação; (ii) pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra PARTICIPANTE; e (iii) ocorrência comprovada de Fato do Príncipe, Fato da Administração, caso fortuito ou de força maior, que venha paralisar a execução do Contrato por mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos ou ainda no caso de término antecipado dos contratos de concessão da EFVM ou da FCA.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
MRS Logística S.A. - MRS	01/02/2011	34.174.929,00	0	N/A	A partir do recebimento da primeira locomotiva até 31.01.2013.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada de uma das acionistas controladoras indiretas da Companhia (Coligada da Vale S.A.)						
Objeto contrato	Cessão de 16 locomotivas do tipo GE U 23C pela MRS à Companhia.						
Garantia e seguros	A Companhia contratará, manterá e renovará, com instituição de primeira linha, aprovada pela MRS, cobertura de seguro que assegure cobertura financeira total para o ressarcimento, à MRS, nos termos previstos na cláusula sexta do contrato, para quaisquer acidentes ou sinistros envolvendo as locomotivas, sendo certo que a referida cobertura de seguro deverá estar sempre de acordo com as condições de suporte da Companhia, que será a única responsável pelas despesas de contratação, manutenção e renovação da referida cobertura de seguro.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Caso a MRS deseje receber de volta quaisquer das locomotivas cedidas antes de 30 de setembro de 2011, a MRS deverá informar a Companhia por escrito de tal término antecipado e pagar à Companhia indenização no valor de R\$41.947,62, por mês ou fração de mês, pelo tempo faltante entre a data da efetiva retirada e 30 de setembro de 2011 por locomotiva retirada. O mesmo valor deverá ser pago pela Companhia à MRS caso resolva devolver as locomotivas antes de 30 de setembro de 2011. Este pagamento deverá ser feito pela parte que antecipou a retirada ou a devolução das locomotivas à outra parte em até 15 dias consecutivos após a data da efetiva entrega ou devolução. Além dessas hipóteses de término da cessão, a MRS poderá solicitar a devolução das locomotivas cedidas antes de do fim do contrato, sem que seja devida indenização à Companhia, em razão de determinação judicial ou determinação formal do Poder Concedente, fundamentada e exarada nos termos da lei, desde que tais determinações sejam comprovadas pela MRS, por escrito, à Companhia.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
MRS Logística S.A. - MRS (novo COE com vigência a partir de 01.01.2016)	30/12/2015	29.481.525,41	544.254.474,59	573.736.000,00	De 01.01.2016 a 29.03.2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada de uma das acionistas controladoras indiretas da Companhia (Coligada da Vale S/A)						
Objeto contrato	Estabelecimento das condições comerciais e operacionais para o intercâmbio de cargas entre a Companhia e a MRS sob a forma de direito de Passagem ou de Trafego Mútuo em atendimento ao disposto na Resolução 3.695 da ANTT, de 14.07.2011. Utilização de pátios da MRS pela Companhia e vice-versa para a circularização e cruzamento de trens de carga. Informado, como montante envolvido no negócio, os valores previstos até o final da sua vigência, de 01/01/2016 até 29/03/2026.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Sem prejuízo das demais hipóteses de rescisão prevista no contrato, poderá ele também ser rescindido se ocorrer, em conjunto ou não: decretação de falência, concessão de recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer uma das partes, desde que haja sentença com trânsito em julgado; extinção suspensão ou interrupção da concessão federal para exploração do serviço de transporte ferroviário de cargas ou do arrendamento afeto à concessão; determinação expressa da ANTT ou do Poder Concedente; descumprimentos das condições de anticorrupção e compliance; quando umas das partes tiver conhecimento de elementos relevantes de que a outra Parte ou Coligadas estiverem envolvidos em conduta infratora grave que coloque em risco de responsabilidade sob as leis anticorrupção, mediante previa notificação para manifestação em 10 dias corridos e, descumprimento de cláusula ou condição do contrato, não sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data em que a parte infratora receber notificação escrita da outra parte. Na hipótese de rescisão unilateral, sem justificativa ou de descumprimento de cláusula ou condição do contrato, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado de data em que a parte infratora receber notificação escrita da outra parte, poderá se exigido da parte infratora a título de indenização valor correspondentes ao volume anual, do ano de rescisão, multiplicado pela média ponderada da tarifa do direito de passagem vigente à época da rescisão.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
VLI Multimodal S.A.	27/12/2012	382.584.169,68	N/A	N/A		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto						
Objeto contrato	Exercício do direito de opção de reserva de capacidade. Caso a Contratante nao utilize a capacidade de transporte disponibilizada poderá ela transferir a fruição desses serviços para terceiros.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
VLI Multimodal S.A.	30/09/2013	312.716.785,21	992.403.745,34	1.305.120.530,55	14 anos, extinguindo-se em 29/06/2027 ou até o cumprimento de todas as obrigações oriundas e/ou decorrentes do contrato.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto.						
Objeto contrato	Locação de 44 locomotivas e 3680 vagões à VLI Multimodal						
Garantia e seguros	O acordo prevê indenizações relativas a avarias dos bens alugados a serem liquidadas em até 30 dias a contar da data em que as partes chegarem ao consenso sobre o montante.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das partes, mediante comunicação, por escrito, à outra parte, sem que caiba, qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) pedido ou decreto de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; (ii) Ocorrência de caso fortuito ou força maior que paralise a execução do contrato por mais de 12 meses; (iii) Fraude ou Dolo; (iv) Comunicação da parte interessada com antecedência de 30 dias; (v) Atrasos injustificados nos pagamentos por períodos maiores que 12 meses; (vi) Atrasos injustificados na disponibilização de informações que não sejam sanados no prazo de 60 dias; (vii) Descumprimento de qualquer das obrigações pela LOCATÁRIA que resulte diretamente no impedimento para a LOCADORA continuar o regular cumprimento de suas obrigações e que não seja sanado no prazo de 60 dias.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestação de serviço de transporte ferroviário de carga geral.						
VLI Multimodal S.A.	07/12/2010	2.351.398.462,47	Não há saldo de consumo definido em contrato. Contrato será executado por todo o período de duração	N/A, Varia em função dos preços e volumes praticados por fluxo (Cliente, origem, destino, produto)	Até o final da concessão da FCA, com prorrogação automática do contrato na hipótese de prorrogação dos contratos de concessão, por prazo idêntico à prorrogação deste.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto.						
Objeto contrato	Prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, operações de carga e descarga e serviços acessórios.						
Garantia e seguros	(i) É assegurado a contratante o recebimento de multa compensatória sempre que um fluxo for realizado abaixo do Programa Anual (orçamento).(ii) O acordo prevê indenizações relativas a furtos, perdas ou avarias das mercadorias e serão tratadas em processo específico e, se devidas, serão liquidadas até 60 (sessenta) dias após o recebimento do pedido de indenização. O preço a ser considerado será aquele declarado na nota fiscal à época do transporte. (iii) A contratada deverá manter por sua conta e responsabilidade seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, com cobertura para dano						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das partes, mediante comunicação, por escrito, à outra parte, sem que caiba, em benefício da parte em razão da qual foi solicitada a resolução, direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) descumprimento pela outra parte de qualquer obrigação prevista no contrato, exceto se o descumprimento for sanável e se a parte inadimplente corrigi-lo no prazo de 60 dias após recebimento de notificação por escrito neste sentido enviada pela parte credora da obrigação; (ii) pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; (iii) ocorrência comprovada de fato do príncipe fato da Administração, caso fortuito ou de força maior, que venha paralisar a execução do contrato por mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestação de serviço de transporte ferroviário de carga geral.						
Vale S.A.	29/07/2014	60.216.042,60	N/A. Os contratos comerciais não apresentam 'saldo', faturamento depende da demanda/volume periódico	136.220.643,98	5 anos - 28.07.19.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista do controlador indireto (VLI S.A.)						
Objeto contrato	prestação de serviço de transporte ferroviário de antracito, bolas de moinho e calcário						
Garantia e seguros	O contrato prevê indenizações relativas a furtos, perdas ou avarias das mercadorias e serão tratadas em processo específico, e, se devidas, serão liquidadas em até 60 dias após o recebimento do pedido de indenização. O preço a ser considerado será daquele declarado na nota fiscal à época do transporte.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das Partes mediante comunicação, por escrito, a outra Parte, sem que caiba em benefício da parte em razão da qual foi solicitada a resolução qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, no seguintes casos: (i) Pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial ou liquidação da outra parte; (ii) Observado o disposto na Cláusula Dez, ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovada que venha paralisar a execução dos serviços solicitados por mais de 30 (trinta) dias; e (iii) fraude ou dolo. Sem prejuízo da satisfação de seus demais direitos, a VALE poderá, a seu exclusivo critério, resolver o Contrato, mediante prévia e expressa comunicação à FCA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à FCA o direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) descumprimento de qualquer das obrigações do Contrato pela FCA que deixe de ser sanado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de notificação da VALE neste sentido; e (ii) cessão, subcontratação e/ou transferência parcial ou total para terceiros das obrigações assumidas no Contrato, sem prévia e expressa autorização da Vale. Sem prejuízo da satisfação de seus demais direitos, a FCA poderá, a seu exclusivo critério, resolver o Contrato, mediante prévia e expressa comunicação à VALE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à VALE o direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) atraso na liberação de informações que comprometam o regular cumprimento das obrigações assumidas por força do Contrato, após notificar a VALE e esta não prestar tais informações no prazo de 10 (dez) dias úteis; (ii) descumprimento de qualquer das obrigações do Contrato pela FCA que deixe de ser sanado no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento de notificação da Vale neste sentido.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestadora de serviços.						
Vale Fertilizantes S.A., Ultrafertil S.A.	30/12/2002	281.521.033,64	N/A. Contratos comerciais não tem 'saldo', faturamento depende de demanda/volume periódico.	850.000.000,00	31.12.2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada de uma das acionistas controladoras indiretas da Companhia (Controlada de Vale S.A.)						
Objeto contrato	Transporte ferroviário de rocha fosfática, enxofre e fertilizantes.						
Garantia e seguros	FCA indenizará clientes por quaisquer eventos que venham a ocorrer com os produtos das clientes, nos termos do Decreto 1832/96.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido de pleno direito, independente de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: a) decretada ou requerida a falência, recuperação, dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; b) suspensão/revogação da concessão à contratada, a qualquer tempo, para exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas; c) inobservância ou descumprimento de quaisquer condições e/ou obrigações estabelecidas no instrumento, caso a parte infratora ou inadimplente não venha a sanar a inobservâncias ou cumprir plenamente a obrigação, em 30 (trinta) dias do aviso ou notificação da parte prejudicada.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Outra							
Especificar							
Prestadora de serviços.							
MRC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS VTST LTDA	29/12/2017	181.577,98	N/A. Contratos comerciais não tem 'saldo', faturamento depende de demanda/volume periódico.	R\$ 181.577,98	11 anos	NÃO	8,200000
Relação com o emissor							
Sociedade cujo acionista controlador é a Mitsui							
Objeto contrato							
Aluguel de locomotivas							
Garantia e seguros							
FCA indenizará clientes por quaisquer eventos que venham a ocorrer com os produtos das clientes, nos termos do Decreto 1832/96.							
Rescisão ou extinção							
Poderá ser rescindido de pleno direito, independente de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: a) decretada ou requerida a falência, recuperação, dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; b) suspensão/revogação da concessão à contratada, a qualquer tempo, para exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas; c) inobservância ou descumprimento de quaisquer condições e/ou obrigações estabelecidas no instrumento, caso a parte infratora ou inadimplente não venha a sanar a inobservâncias ou cumprir plenamente a obrigação, em 30 (trinta) dias do aviso ou notificação da parte prejudicada.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Outra							
Especificar							
Prestadora de Serviços							
Vale S.A.	01/05/2014	164.945.104,36	R\$ 50.320.350,50	N/A	30/04/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Acionista do controlador indireto (VLI S.A.)							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato							
	Comercialização de serviços de transporte ferroviário de cargas, pela FCA à Vale, de Antracito, calcário calcítico, calcário dolomítico, Cal, bola de moinho, seguindo o fluxo das seguintes rotas respectivamente Tubarão x Prudente de Moraes, Matosinhos e/ou Nova Granja x Tubarão, Morro Grande x Tubarão, Matosinhos e/ou Nova Granja x Tubarão e por fim Parque Industrial x Tubarão.						
Garantia e seguros							
	Take or pay pelos volumes anuais contratados						
Rescisão ou extinção							
	Poderá ser rescindido de pleno direito, independente de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: a) decretada ou requerida a falência, recuperação, dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; b) suspensão/revogação da concessão à contratada, a qualquer tempo, para exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas; c) inobservância ou descumprimento de quaisquer condições e/ou obrigações estabelecidas no instrumento, caso a parte infratora ou inadimplente não venha a sanar a inobservâncias ou cumprir plenamente a obrigação, em 30 (trinta) dias do aviso ou notificação da parte prejudicada.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
	Outra						
Especificar							
	Prestadora de Serviços						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Conforme mencionado no item 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia realiza transações com partes relacionadas sempre com o fim de melhor atender os seus interesses, bem como de todos os seus acionistas.

As transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado. Dessa forma, as transações com partes relacionadas não geram quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação *vis-à-vis* operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas, ou mesmo, caso não haja operações semelhantes no mercado, levanta situações hipotéticas ou similares para realizar as comparações.

A Companhia utiliza métodos comparativos de análise em caso de transações menos complexas entre as partes relacionadas, como contratos de prestação de serviços, cessão ou comodato de equipamentos, transporte de carga, locação de imóvel, entre outros. Nesses casos, as premissas desses contratos são comparadas a operações similares de mercado ou outras operações previamente celebradas pela Emissora com outros clientes que não são partes relacionadas, buscando-se comparar com situações em que a parte relacionada não estivesse envolvida. Assim, são comparadas, por exemplo, as tarifas aplicáveis em contratos de transporte celebrados com clientes da Companhia, em outras ferrovias e/ou outros modais (como o rodoviário), o valor do mercado local para locação de imóvel nos mesmos padrões do imóvel cotado com a parte relacionada, valor de equipamento novo ou equipamentos usados disponíveis em terceiros não considerados partes relacionadas, entre outros. A comparação sempre é realizada levando-se em consideração o valor eventualmente cobrado *de* ou *pelo* terceiro para celebração da transação, seja ele um cliente da própria Companhia, um terceiro não cliente, ou mesmo um referencial obtido no mercado, mediante pesquisa desenvolvida pela área de Suprimentos ou cotação direta realizada pela área demandante da transação. Além disso, os contratos utilizados com partes relacionada são as mesmas minutas padrão utilizadas com partes não relacionadas, o que garante a comutatividade em direitos e obrigações para as partes.

Por outro lado, são utilizadas premissas de avaliação econômico-financeira para avaliação e validação dos projetos da Companhia através do método de fluxo de caixa descontado, analisando indicadores tais como Taxa Interna de Retorno - TIR, Valor Presente Líquido – VPL, *payback* (prazo de retorno financeiro do projeto analisado). Os resultados dessas análises são comparados, também, com projetos previamente aprovados na Companhia e o padrão mínimo de retorno de investimentos realizados pela Companhia, que estabelecem valores mínimos para os indicadores destacados acima. Nesses casos, em que há maior complexidade na transação e, eventualmente, envolvam aumento de capacidade produtiva da Emissora, a avaliação é aprofundada e busca garantir a relação equânime entre as partes, sem causar prejuízo ou benefício a mais para qualquer uma delas.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes da Emissora constam nos itens anteriores.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/05/2018	4.638.836.550,90		112.303.527	19	112.303.546
Tipo de capital	Capital Integralizado				
23/10/2017	4.558.858.541,93		110.293.641	19	110.293.660
Tipo de capital	Capital Integralizado				
11/10/2016	4.558.858.541,93		367.645.433.926.725	66.665.012	367.645.500.591.737
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/04/2010	1.722.965.684,34	29/04/2010	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2010	1.722.965.684,34	29/04/2010	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260
Tipo de capital	Capital Autorizado				
14/05/2003	1.600.000.000,00	0	0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
11/10/2016	AGE	11/10/2016	2.835.892.857,59	Subscrição particular	367.645.433.926.725	66.665.012	367.645.500.591.737	100,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A definição do novo valor de emissão das ações foi realizada por meio de laudo de avaliação do valor econômico da Companhia emitido em 27 de julho de 2016, considerando o fluxo de caixa descontado a partir de 2017, elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e arquivado na sede da Companhia, cumprindo requisito necessário para estabelecer o valor de emissão de novas ações previsto na Lei 6.404/76 (art. 170, §1º). Os administradores da Companhia entenderam que a elaboração de laudo econômico seria a forma mais justa e fidedigna de determinação do preço.								
Forma de integralização		O aumento de capital aprovado na referida Assembleia foi totalmente subscrito e integralizado pela acionista VLI Multimodal S.A., na própria Assembleia, mediante a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, realizados por essa acionista até março de 2016.								
02/05/2018	CA e Assembleia	02/05/2018	79.978.008,97	Subscrição particular	112.303.527	19	112.303.546	4.558,85854193	39,79	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		A definição do novo valor de emissão das ações foi realizada com base na posição patrimonial da Companhia em 31/12/2017. Adicionalmente, foi realizado Laudo de Avaliação do Valor Econômico da Companhia emitido em 23 de março de 2018, considerando o fluxo de caixa descontado a partir de 2018, elaborado pelo Ernst & Young Assessoria Empresarial S.A. e arquivado na sede da Companhia, que apresentou um valor inferior ao Patrimônio Líquido de 31/12/2017. Os administradores da Companhia entenderam que a utilização do valor patrimonial está alinhada aos interesses dos acionistas minoritários, preservando a sua participação acionária na Companhia.								
Forma de integralização		O aumento de capital aprovado na referida Assembleia foi totalmente subscrito e integralizado pela acionista VLI Multimodal S.A., na própria Assembleia, mediante a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, realizados por essa acionista até dezembro de 2016.								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
28/04/2017	367.645.433.926.725	66.665.012	367.645.500.591.737	110.293.641	19	110.293.660

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Outras informações relevantes

Em função do recebimento, pela Companhia, em 14.12.2016, do Ofício 3384/2016- SAE/GAE-2, enviado pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da BM&FBOVESPA, por meio do qual informou à Companhia que, no período de 16.10.2016 a 08.12.2016, as ações de emissão da Companhia permaneceram cotadas abaixo de R\$1,00 por unidade, em descumprimento ao item 5.2.f do Regulamento, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 28.04.2017, o grupamento da totalidade das ações da Companhia, nos termos do art. 12 da LSA, foi condicionado à aprovação prévia da ANTT.

O grupamento foi realizado à razão de 3.333.333 (três milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três) ações ordinárias ou preferenciais, conforme o caso, para 1 (uma) ação ordinária ou preferencial, conforme o caso, todas nominativas e sem valor nominal ("Fator de Grupamento"), resultando em 19 (dezenove) ações preferenciais e 110.293.641 (cento e dez milhões, duzentas e noventa e três mil, seiscentas e quarenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. O Grupamento não resultou na modificação do valor total do capital social ou dos direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, alterando-se apenas o número total de ações de emissão da Companhia.

Alguns acionistas tiveram sua participação reduzida à fração de ação. O controlador da Companhia não detém participação acionária suficiente para doação à totalidade dos detentores de frações. Portanto, a opção aprovada foi a aglutinação das frações em lote inteiro e venda em bolsa.

Foi concedido um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação de aviso aos acionistas, publicado após a aprovação da ANTT, para que os acionistas detentores de ações fracionadas possam, a seu livre e exclusivo critério, ajustar suas posições em lotes múltiplos do Fator de Grupamento ("Prazo de Livre Ajuste").

Após o Prazo de Livre Ajuste, as eventuais frações de ações restantes foram aglutinadas em números inteiros e vendidas em leilões na BM&FBOVESPA, sendo o produto da venda rateado proporcionalmente aos titulares das frações, após a devida liquidação financeira.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus titulares o direito de receber dividendos em igualdade de condições às ações preferenciais, depois de assegurada aos titulares das ações preferenciais a distribuição prioritária de dividendos correspondentes a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Os direitos dos acionistas no reembolso de capital são regidos pela Lei das Sociedades por Ações. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se do quadro acionário da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial de suas ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco sua estabilidade financeira.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) participar da distribuição dos lucros; (ii) participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação; (iii) preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e (v) retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes a serem informadas.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de emissão da Companhia conferem aos seus titulares a prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório, correspondente a, no mínimo, 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido do exercício, sendo a eles devido o valor de, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não tem direito de voto, somente adquirindo tal direito nos termos previstos na legislação aplicável.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim

18.1 - Direitos das ações

Descrição das características do reembolso de capital	Os direitos dos acionistas no reembolso de capital são regidos pela Lei das Sociedades por Ações, sendo que os titulares de ações preferenciais gozarão de prioridade no recebimento do capital em caso de liquidação da Companhia. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se do quadro acionário da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial de suas ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco sua estabilidade financeira.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) participar da distribuição dos lucros; (ii) participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação; (iii) preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscriç exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e (v) retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes a serem informadas.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras no Estatuto Social da Companhia que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há no Estatuto Social da Companhia exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.893	3,08	3,05	R\$ por Unidade	3,06
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	63.507	1,50	0,70	R\$ por Unidade	1,16

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores a informar.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6- Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA, sob os códigos "VSPT3" e "VSPT4", respectivamente.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum valor mobiliário admitido à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais não houveram ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10 Informações sobre destinação dos recursos decorrentes da oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras informações relevantes

18.12. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há planos a informar.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há planos a informar.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há dados a informar.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 - Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia observa, além das regras contidas na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante próprios, as demais disposições sobre o assunto contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM nº 358/02”).

Em linhas gerais, a Política de Divulgação de Informações da Companhia, disciplina a divulgação de informações que, por sua natureza, consistam em ato ou fato relevante, fundamentando-se nos seguintes princípios básicos:

- (i) obediência à legislação específica e à regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- (ii) coerência com as melhores práticas de relações com investidores; e
- (iii) transparência e equidade de tratamento.

Conforme o artigo 2º da Instrução CVM 358/02, bem como a Política de Divulgação de Informações, a Companhia deverá tornar público, com equidade e simultaneidade, fatos ou atos de caráter estratégico, administrativo, técnico, negocial ou econômico capazes de afetar os preços dos seus valores mobiliários e influenciar a decisão dos investidores em mantê-los, comprá-los ou vendê-los e de exercer quaisquer direitos inerentes à condição

21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizados(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia disciplina a divulgação de informações que, por sua natureza, possam gerar ato ou fato relevante e tem por finalidade propiciar a formação e consolidação da imagem da Companhia junto ao mercado de capitais, através da adoção das melhores práticas de governança corporativa.

De acordo com a legislação aplicável, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia (aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2002 e disponível ao público no website da CVM), são considerados atos ou fatos relevantes qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de Administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável:

- (i) na cotação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados que venham a ser negociados no mercado de valores mobiliários no Brasil ou no exterior;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários; e
- (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

O acesso às informações de caráter societário e de fatos relevantes é garantido a todos os acionistas da Companhia, à imprensa e ao mercado em geral, em conformidade com as exigências legais e demais exigências impostas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores do Brasil e do exterior, quando aplicáveis, e sempre se revestem de objetividade, confiabilidade e tempestividade.

A divulgação deverá se dar mediante publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação do website da Companhia ("<http://www.vli-logistica.com.br/fcasa>"), onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A divulgação de fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nos respectivos mercados onde as ações da Companhia são negociadas.

Caso seja imperativa a divulgação de fato relevante durante as negociações, o Diretor responsável pelas funções de Relações com Investidores poderá solicitar a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia pelo tempo necessário a adequada disseminação da informação.

Internamente, o acesso a informações sobre ato ou fato relevante da Companhia, antes da divulgação ao mercado, é limitado aos profissionais diretamente envolvidos com o assunto em pauta, até o momento mais oportuno a sua divulgação e o sigilo é garantido através da limitação de acesso as informações, celebração de acordos de confidencialidade e inclusão de cláusulas de confidencialidade e penalidades pelo seu descumprimento em contratos materiais celebrados pela Companhia.

É dever dos acionistas controladores e Administradores da Companhia, bem como de todos os seus funcionários guardar sigilo das informações relativas a fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua efetiva divulgação ao mercado, e zelar para que seus subordinados e/ou quaisquer terceiros de sua confiança também o façam.

Os acionistas controladores e administradores deverão comunicar qualquer fato relevante de

que tenham conhecimento ao Diretor responsável pela área de Relações com Investidores, que

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos

relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas
Atos ou fatos cuja manutenção de sigilo e o sigilo de informações relevantes não divulgadas por investidores controladores ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação coloca em risco interesse legítimo da Companhia.

Entretanto, na hipótese de a administração da Companhia decidir pela guarda e o sigilo de informação relativa a ato ou fato relevante, e esta escapar ao seu controle, o Diretor responsável pelas funções de Relações com Investidores da Companhia deverá divulgar, imediatamente, aquela informação por meio de aviso de fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3- Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor responsável pelas funções de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes, sendo de sua responsabilidade divulgar e comunicar à CVM, bem como a qualquer bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da Companhia estejam ou venham a ser admitidos a negociação, qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação. O Diretor responsável pelas funções de Relações com Investidores está obrigado ainda a manter, implementar, avaliar e fiscalizar a política de divulgação de informações da Companhia.

Adicionalmente, os acionistas controladores e administradores da Companhia também deverão comunicá-lo sobre qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, ficando este último responsável por promover sua divulgação.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.